

A DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO ATRAVÉS DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS

POR

Hérica Ferreira Fonseca

(aluna do curso de comunicação social)

Monografia apresentada à banca examinadora
de projetos experimentais. Orientador
acadêmico: ms. Álvaro Eduardo Trigueiro
Americano

Dedico este projeto à todos que, de um forma ou de outra, me auxiliaram aos longo destes anos de faculdade.

Dedico também à população de Chácara, que me deu a oportunidade de aprender ainda mais com o rádio.

SINOPSE

Exposição da trajetória de luta pela democratização da informação por meio das rádios comunitárias e estudo de caso na cidade de Chácara, com um nova proposta de programação na rádio.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. O MUNDO E A COMUNICAÇÃO GLOBAL
3. O PODER LOCAL
4. RÁDIOS COMUNITÁRIAS
 - 4.1. RÁDIO COMUNITÁRIA: LEGISLAÇÃO
 - 4.2. HISTÓRIA DA RÁDIO COMUNITÁRIA
 - 4.3. RÁDIOS LIVRES: ONDE TUDO COMEÇOU
 - 4.3.1. *RÁDIO ALICE*
 - 4.3.2. *RÁDIOS LIVRES LATINO-AMERICANAS*
 - 4.3.3. *RÁDIOS LIVRES NO BRASIL*
 - 4.3.4. *RÁDIOS LIVRES QUE CONQUISTARAM SEU ESPAÇO*
 - 4.3.4.1. **RÁDIO NOVOS RUMOS(QUEIMADOS/RJ)**
 - 4.3.4.1.1. UMA HISTÓRIA DE MUITA LUTA PARA SOBREVIVER NO AR
 - 4.3.4.1.2. PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO NOVOS RUMOS
 - 4.3.4.2. **RÁDIOS FAVELA FM (BELOHORIZONTE)**
 - 4.3.4.2.1. OBJETIVOS
 - 4.3.4.2.2. PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO FAVELA
5. ENTIDADES QUE APÓIAM AS RÁDIOS
 - 5.1. *AMARC*
 - 5.2. *ABRAÇO*
 - 5.3. *FÓRUM SOCIAL MUNDIAL*
 - 5.4. *FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO*

6. ESTUDO DE CASO: A CIDADE DE CHÁCARA

6.1. *DADOS GEOGRÁFICOS*

6.2. *UM NOVO PANORAMA PARA A RÁDIO NOVA GERAÇÃO*

6.3. *E NO FINAL DA HISTÓRIA...*

7. CONCLUSÃO

8. BIBLIOGRAFIA

9. ANEXOS

Agradeço ao meu orientador, Álvaro, que me mostrou que os obstáculos surgem para serem superados.

À minha mãe, Maria Auxiliadora, por ter me dado força nas horas em que quase desisti de fazer este projeto. Ao meu pai, João Batista, pelo apoio.

Ao meu irmão, Paulo Henrique, pelas vezes que cedeu o seu lugar no computador para que eu realizasse este projeto.

Aos meus amigos que estavam sempre torcendo por mim. A todos, meu muito obrigada.

1.0. INTRODUÇÃO:

O ano era 1999. Foi nessa época que começava minha história de amor com o rádio. Integrante de uma tradicional família católica, além de ir todos os domingos à missa, ainda freqüentava o grupo de jovens da igreja. E foi em um grupo - ao qual não me recordo mais o nome - que literalmente descobri o rádio. Apesar de sempre ter gostado de ouvir rádio, ainda não era muito fã. Preferia à televisão. Com o grupo de jovens, surgiu à oportunidade de apresentar um programa na recém-criada rádio comunitária instalada na minha cidade natal, Entre Rios de Minas, a cem quilômetros de Belo Horizonte. É claro que a rádio não tinha licença e foi fechada seis meses depois.

Mas a empolgação de fazer um programa de rádio tomou conta de mim. Todo o grupo se manifestou favorável. Nós o apresentávamos uma vez por mês, pois dividimos as pessoas em grupos, para que todos tivessem oportunidade de participar dele. Na verdade, devo ter feito quatro ou cinco programas mas que foram suficientes para me encantarem. Tentar chamar a atenção do ouvinte, descobrir o que ele gosta de ouvir, qual vai ser a opinião dele e a própria curiosidade de saber como é sua voz no rádio, se fala bem e se as pessoas reconhecem quem está falando era uma grande novidade.

É claro que, no início, tudo era diversão. A opção pelo Curso de Comunicação Social foi influenciada por esta experiência, mas o rádio continuava não sendo minha prioridade. Mas foi paixão à primeira vista. Com os trabalhos feitos ao longo da faculdade, a paixão foi aumentando gradativamente. Entendi que o rádio é uma voz para aqueles que não a têm.

Neste mundo maluco em que vivemos, em que a globalização é o grande destaque do momento; basta ligar a televisão para sabermos dos últimos atentados em Bagdá ou como foi sabatinado o deputado Roberto Jefferson sobre o caso do "mensalão". Não importa onde estejamos: diariamente somos bombardeados com milhares, se não forem dezenas de milhares de notícias. Mas quantidade não significa qualidade, muito menos abrangência. Quantas vezes assistimos a um telejornal e, tirando os assuntos nacionais, não sentimos que falta alguma coisa? As cidades que possuem emissoras próprias podem até direcionar as notícias para o seu público, mas e aquelas que não a têm?

Talvez seja preciso uma forma de se fazer ouvir: quem sabe se juntando com o vizinho e criando uma associação de bairro e juntos buscarem um meio para que as suas necessidades sejam supridas. E o rádio é uma boa alternativa. Um meio barato e de longo alcance. Não é preciso um gasto maior. Aqueles que previam o fim do rádio com a chegada da televisão não imaginavam que o rádio continuaria a ganhar mais e mais ouvintes. É claro que ele teve que passar por mudanças, se adaptar aos novos tempos, mas não perdeu o seu lugar e até ganhou um certo charme. McLuhan, um dos grandes pensadores da comunicação, dizia que o rádio tem o poder de hipnotizar as pessoas e destacava o papel do rádio mesmo com a chegada da televisão:

Suas vítimas e seus críticos também apresentavam sintomas sonambúlicos. Dançavam como em transe, ao som do tambor tribal do rádio, que produzia a extensão de seu sistema nervoso central para criar um envolvimento em profundidade que atingia a todos (...).Um dos muitos efeitos da televisão sobre o rádio foi o de transforma-lo de um meio de entretenimento numa espécie de sistema nervoso da informação. (MCLUHAM, 1964, p.335)

O que garante ao rádio tanto sucesso é fato de ser, na linguagem da comunicação, um meio quente. Isto quer dizer que o rádio, ao falar com o ouvinte, o instiga a imaginar uma determinada situação. Talvez uma das coisas que mais me atraia no rádio é o vínculo de fidelidade existente com o ouvinte. Como uma pessoa, que você não conhece cria um laço muito grande, às vezes, se tornando uma relação de amizade? Quem ouve o locutor, não costuma duvidar que ele diz, pois acha que tudo é verdade.

Retomando a McLuhan, ele confirma esta idéia de fidelidade e confiança e ainda diz mais: "o rádio afeta as pessoas, digamos, como que pessoalmente, oferecendo um mundo de comunicação não expressa entre o escritor-locutor e o ouvinte. Este é o aspecto mais imediato do rádio. Uma experiência particular." (MCLUHAM, 1964, p.336). É como se o rádio falasse com cada ouvinte, em particular.

Pensando nesta relação e utilizando elementos da rádio comunitária, este trabalho vem estudar de que modo a rádio dita comunitária, mesmo que reconheçamos que este tipo de rádio ainda não consegue assumir totalmente o seu papel por empecilhos da legislação em nosso país, é uma forma de a população estar colocando seu apelo e sua voz no ar.

Para isso, percorreremos um pouco da história da rádio comunitária no Brasil e no mundo, apresentando os órgãos de defesa da participação comunitária. Também discutiremos os resultados culturais que surgem com o início da globalização, que, muitas vezes, ao invés de unir, acaba excluindo os que possuem menos ou nenhum poder. E apresentaremos um "plano" com soluções para serem

aplicadas em uma rádio comunitária em uma cidade próxima a Juiz de Fora, Chácara.

2.0. O MUNDO E A COMUNICAÇÃO GLOBAL:

O período posterior à Segunda Guerra é denominado Guerra Fria. Nele, duas superpotências lideravam o mundo. De um lado, estava a ex-União Soviética, liderando o bloco de países socialistas; de outro, os Estados Unidos da América liderando o bloco capitalista. A queda do muro de Berlim, já nas décadas finais do século XX, transformaram o mundo, que decretava ali, na prática, o fim do comunismo e a inauguração de uma nova era. Foi neste período que se desenvolveu um novo conceito no mundo: o da globalização. Estas, mais as mudanças que aconteciam na época, fizeram o mundo assumir um novo perfil. Para Dreiffus, a globalização é um produto do mundo da tecnologia:

Sob a denominação de 'globalização', classificamos diversos fenômenos e variados conjuntos de processos pertencentes ao 'âmbito' da economia (pesquisa científica e tecnológica, financiamento, produção, administração, comercialização), que se desdobram na sociedade, se expressam na cultura e marcam política, condicionando gestão e governo nacional. São fenômenos do mundo da tecnologia, da produção, das finanças e do comércio, que atingem, de forma desigual e combinada, todos os países da Terra e não somente aqueles que operam em escala mundial. Esses fenômenos giram em torno do alargamento espacial e do aprofundamento do alcance societário das operações (...) (DREIFFUS, 1997, p. 171).

Para Ladislau Dowbor, este período foi de grande evolução tecnológica, que permitiu a aproximação dos povos. Estas mesmas tecnologias que redefinem os nossos tempos estão redefinindo os nossos espaços. O planeta encolheu de forma impressionante. (DOWBOR, 1998, p.10)

E Raquel Paiva explica que os novos limites tecnológicos transformam também as configurações sociais: (...) "os limites do espaço físico determinam os iguais, os pertencentes à comunidade e partilhem as instituições e ordens relativas àquele lugar, que lhes imprimem a marca identificatória." (PAIVA, R., 1998, p.24)

Nesse momento, o mundo está dividido em "dois blocos, dois sistemas, duas geopolíticas, duas superpotências, militares e nucleares" (IANNI, 1996, p.58). Mesmo sobre intensos conflitos, tanto armados como ideológicos, a globalização seguiu seu curso. E não só a globalização cresceu vertiginosamente. Sob influências de seus passos, o capitalismo também prosperou. As articulações econômicas, políticas e culturais desenhavam o perfil da nova sociedade que estava nascendo. A globalização fez com que a postura econômica influenciasse o modo como as regiões elaborassem a sua cultura, sua língua, suas formas de expressão, a política, a religião e as relações com os outros povos.

O mundo se viu frente à uma nova realidade. A globalização, e com ela o capitalismo, caracterizam a quebra de barreiras. Segundo Ianni, o mundo apresenta sete novas posturas que mostram a afirmação do capitalismo e da globalização, face à queda do Socialismo e da então União Soviética. A primeira delas é o uso da energia nuclear como "a mais poderosa técnica de guerra, inicialmente mobilizada pelas grandes potências, mas, em seguida, já disponível nas mãos dos dirigentes de nações de segundo e terceiro escalão" (IANNI, 1996, p.58).

Em segundo lugar, destaca-se a revolução na informática, colocando nas mãos dos países ricos a capacidade de informar e seduzir populações. Em terceiro, destaca-se a formação de um sistema financeiro mundial e de "acordo com as determinações dos países dominantes, tais como os Estados Unidos, o Japão e a Alemanha, bem como a Comunidade Européia, o Grupo dos Sete e as

determinações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial" .(IANNI, 1996, P.58)

A quarta característica descrita pelo autor é a influência das empresas multinacionais nos meios de produção e nas formas de trabalho.

Quinto, a reprodução ampliada de capital, compreendendo a concentração e a centralização de capitais, universaliza-se na realidade em nova escala, com novo ímpeto, recriando relações nos quatro cantos do mundo, pressionando as nações socialistas, influenciando, bloqueando ou rompendo os sistemas econômicos. (IANNI, 1996, P.59)

O inglês se torna a língua oficial, indispensável em transações comerciais, políticas, econômicas e culturais. Para sobreviver ao bombardeio de informações ou até para se fazer ouvir, o inglês é, agora, a língua mestra. Sobre a importância do inglês na sociedade globalizada e sua interferência em nossa vida, Renè Dreiffus faz o seguinte comentário:

(...) o inglês é o 'intercomunicante global' por excelência: é o idioma da nova (e global) administração e gestão, das finanças e da tecnologia, das normas e procedimentos jurídicos, dos comandos dos pilotos e dos controladores de tráfego aéreo, da designação dos componentes de equipamentos de aviação (...). O mundo não adotou o esperanto, mais fala em ASCII (American Standard Code for Information Exchange). Dos dez mil jornais pelo mundo, mais da metade é editada em inglês, 80% dos dados de computador, idem. Falado por menos de sete milhões de pessoas no final do século XVI, o inglês se tornou emblemático da mundialização. Mais de um bilhão e meio de pessoas fazem uso corriqueiro e sistemático dele, embora não seja a língua nativa para mais da metade delas. Trata-se de um idioma matricial para o desenvolvimento de neologismos, acrônimos e novos termos, com meio milhão de palavras, o que corresponde a cinco vezes mais do que o francês e a quatro vezes mais do que o alemão. É a partir deste eixo cultural e lingüístico 'inglês' que se difundem, pelo mundo afora, estilos de vida, produtos de uso, modus operandi, percepções e modelos de prosperidade, com os valores que lhe são associados. (DREIFFUS, 1997, págs. 228-229).

E por último, o ideal neoliberal é absorvido como regente da ordenação e ponto de vista mundial:

Todas essas características da globalização, configurando a sociedade universal como uma forma de sociedade civil mundial, promovem o deslocamento das coisas, indivíduos e idéias, o

desenraizar de uns e outros, uma espécie de desterritorialização generalizada (DREIFFUS,1997,231).

Dowbor destaca outras cinco características que transformaram o mundo pós-guerra:

(...) optamos aqui por privilegiar cinco tendências que nos parecem ser as tendências 'estruturadoras' do nosso futuro: a tecnologia, a globalização, a polarização econômica, a urbanização e a transformação do trabalho. (DOWBOR, L, 1998, p. 15).

Dreiffus coloca uma questão: é necessário situar a globalização em três processos:

(...) de globalização - tecnológica,econômica e comercial - dos modos de produzir; de mundialização - social, de estilos, usos e costumes - dos modos de viver; e de planetarização - político institucional, militar e de gestão - dos modos de dominar. Processos concomitantes, despontando no interior da economia internacionalizada, que superam (atravessam, transversam e permeiam) os marcos centrados na especificidade e coerência do sistema nacional e dos referenciais bipolares (interno e externo, centro e periferia, estatal e privado, governamental e estrutural). (DREIFFUS, 1997, P. 169).

Já a mundialização, ele trata como algo mais ideológico, resultado direto da evolução dos meios tecnológicos:

A mundialização, a nosso ver, lida com mentalidades, hábitos e padrões; com modos de vida, criando denominadores comuns nas preferências de consumo das mais diversas índoles. A mundialização é, portanto, do âmbito societário, embora no seu desdobramento condicione a economia e a política.(DREIFFUS,1997,P.171)

E dá mais explicações sobre a mundialização, descrevendo como um fenômeno cultural:

De um certo ângulo, a mundialização lida com a massificação e homogeneização cultural, evidente no consumo de hambúrgeres, pizzas, sorvetes, iogurtes, refrigerantes,cigarros, jeans,tênis,cartões etc. Da China à Dinamarca, da Finlândia ao Peru, são os mesmos produtos,das mesmas marcas e modelos iguais (DREIFFUS, 1997, p. 176).

Outro conceito defendido por Dreiffus é o de planetarização:

(...) Sistemicamente, a planetarização trata, por um lado, de vínculos expressos na trama de organizações transnacionais e de instituições (parlamentos e conselhos) supranacionais, que fazem parte de um

novo tecido "político" e de gestão, e dá outro significado à noção de pertencer, resignificando a multiplicidades de inserções sociais e nacionais (DREIFFUS, 1997, p. 173).

O Estado Nacional é enfraquecido, uma vez que quem regula a economia é o mercado. Para mediar estas relações, onde a integração econômica é cada vez mais profunda, há o reflexo também na política:

Além disso, ela sublinha a qualidade dos vínculos políticos, culturais e sociais que atravessam estados-nações e permeiam sociedades nacionais diversas, enquanto modelam perspectivas e de comportamento, trans- societárias. Essas mudanças afetam a formulação e os métodos de ação dos governos e dos grupos politicamente organizados, em incidir no funcionamento das estruturas sócias e institucionais vigentes. São explicitadas como cortes e redesenhos nas relações de poder internas dos países, e como reformulação das relações internacionais. (DREIFFUS, 1997, p. 173).

Para Muniz Sodré, o conceito de planetarização está imbricado no de globalização. Ou seja, também é um de seus produtos:

No significado da palavra 'globalização' está primeiramente implicada a idéia de 'planetarização', etimologicamente advinda do grego *plakso*, que significa nivelamento ou aplastamento das diferenças. Historicamente, o referente desse signo aponta para o início da Era Moderna, quando novos instrumentos técnicos possibilitam as "descobertas" e uma visão global da Terra assim como a expansão do capital. Agora, indica a interconexão de economias parcelares (nacionais e relevantes) por um novo *modus operandi* e com o auxílio de novíssimas tecnologias integradoras. Assim, é e não é novo o referente: não é, porque de fato se trata de uma reposição na História de uma 'posição', mas é, porque tal *reposição* implica reinterpretação histórica de uma forma já dada, ou seja, implica o modo contemporâneo de ser - diverso de outros modos - de um antigo modo caracteriza-se não tanto pela ênfase na produção e comércio de mercadorias, mas pela autonomização dos processos financeiros, a reboque das grandes empresas dos Estados Unidos, Alemanha e Japão e por meio de mercados instáveis e flexíveis. À velocidade circulatória dos capitais financeiros, corresponde a velocidade crescente dos mecanismos de informação e comunicação. (SODRÉ, 1997, p. 116 e 117)

A globalização foi responsável por mudanças significativas em nossas vidas: as novas tecnologias deram fôlego extra aos meios de comunicação. Hoje é possível acompanhar, em tempo real, os estragos e a destruição deixada pelo tsunami ocorrido na região asiática. Ou mais recentemente, as enchentes que

assolaram a capital paulista. Diz Dênis de Moraes que (as novas tecnologias) “elas tornam disponível, a camadas ponderáveis de audiência um estoque inimaginável de dados e imagens, de opções de entretenimento e de simulacros” (1997, p. 19).

Se atentarmos para as características da globalização em relação à informação e à comunicação, observaremos, em primeiro lugar, que a emergência dos conglomerados internacionais de multimídia é a chave para a difusão da informação. Em segundo lugar, que as novas tecnologias da informação, desde os satélites ao cabo, da microeletrônica à digitalização, têm um impacto social de efeitos até agora impossíveis de prognosticar em toda a sua magnitude. Em terceiro lugar, que dentro do sistema global existe um fluxo assimétrico dos produtos de comunicação, e que nos encontramos diante de um provável futuro de desequilíbrio nos acessos às redes globais de comunicação. (VILCHES, Lorenzo. 1997, p. 79 e 80).

Os meios de comunicação proporcionam experiências que influenciam inclusive, o relacionamento dos homens entre si e alteram o modo como vivenciam o mundo. É possível navegar pela Internet e conhecer pessoas que podem viver tanto aqui no Brasil, seja em Salvador, São Paulo, Pelotas ou Presidente Figueiredo, no Amazonas, mesmo que nunca vá conhecê-las pessoalmente.

Para ilustrar esta afirmação, Nestor Canclini, em seu livro *Consumidores e Cidadãos*, dá um bom exemplo sobre a globalização, ou internacionalização, com ele mesmo denomina. Para ele, a abertura das fronteiras geográficas e políticas foi determinante para que ocorresse esta “interação “ entre cultura e economia, e que hoje, para que ela continue acontecendo, a velocidade é determinante.

(...)quando compramos um carro Ford montado na Espanha, com vidros feitos no Canadá, carburador italiano, radiador austríaco, cilindros e bateria ingleses e eixo de transmissão francês. Ligo a minha televisão japonesa e o que vejo é um filme mundo, produzido em Hollywood, dirigido por um cineasta polonês com assistentes franceses, atores e atrizes de dez nacionalidades e cenas filmadas nos quatro países que o financiaram. As grandes empresas que nos fornecem alimentos e roupas fazem-nos viajar em engarrafamentos em auto-estradas idênticas em todo o Planeta, fragmentam o processo de produção fabricando cada parte dos bens em que o custo é menor. Os objetos perdem a relação de fidelidade com os territórios originários. A cultura é um processo de montagem multinacional, uma articulação flexível de partes, uma colagem de

traços que qualquer cidadão de qualquer país, religião e ideologia pode ler e utilizar. (CANCLINI,1997,P.40-41)

Este mundo vivido à distância, em que o ser humano é tratado apenas como uma pessoa capaz de consumir, faz com que o homem se torne cada vez mais só. Esta é toda a temática de Canclini, que observa que o peso da cultura local diminui, principalmente em um mercado onde as culturas eletrônicas transnacionais se tornam hegemônicas, “quando a vida social urbana se faz cada vez menos nos centros históricos e mais nos centros comerciais modernos da periferia.” (1997, p.134).Essas experiências amistosas, que de certa forma são ilusões, só realizam o indivíduo nele mesmo.

O ideal global, de planetarização, de interligação entre os povos, de circulação e internacionalização da informação, chegou às vias de fato, o que não significa, necessariamente ter havido maior conscientização e efetiva participação na solução dos problemas sociais. Isto quer dizer que a informação tendo alcançado seu mais alto grau de rapidez e volume, não propiciou, como poderia supor, a experiência comum, o partilhamento do real; ao contrário, simulou essa vivência. (PAIVA, R. 1998, p. 14)

Apesar de toda a polêmica e debate gerado pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, e ainda considerando a evolução dos *mass media* e a conseqüente pluralidade de meios, grande parcela da população mundial é excluída deste processo. A exclusão a que nos referimos não se dá somente pelo acesso restrito como usuário da nova tecnologia, mas principalmente como fonte emissora de valores, de culturas, de idéias, na medida em que o cenário mundial aponta para um crescente concentração da mídia e a formação de oligopólios. A simples utilização das novas tecnologias não garante, por si só, a democratização do meio.

Os meios de comunicação eletrônicos não são equipamentos grupais dispostos pela mediação simbólica. Eles trabalham 'mediações'

culturais, sim, mas enquanto equipamentos de grupos (empresariais, estatais) que não refletem necessariamente o poder grupal das diferenças sociais implicado na atitude democrática. Tais grupos, avatares das mesmas oligarquias que se beneficiaram da eurocultura como recurso de distinção social e imposição ideológica, substituem a antiga influência da colonização por uma 'endocolonização' (termo usado por Paul Virilio), de certo modo análoga àquela que as forças armadas nacionais realizam aberta ou sub-repticiamente. (SODRÉ, 1996, P. 90)

Em resumo, não é o avanço tecnológico que vai determinar a democratização e pluralidade dos meios de comunicação, mas sim o modo como são usados e regulamentados os meios.

(...) não podemos esquecer que as tecnologias não fabricam idéias. Até provem ao contrário, são os homens que a concebem, como sujeito das transformações históricas. Se é assim (...) podemos aspirar por usos tecnológicos comprometidos com a maior das utopias - a liberdade da espécie humana da lógica perversa do capital. (MORAES, 1997, p.75)

Por isso, a necessidade do se “fazer ouvir”. As informações que nos são passadas diariamente seja por via rádio, televisão, ou para aqueles que detém um pouco mais de recurso, pelo computador (queiramos ou não, o computador ainda é um artigo de luxo em nosso país e em grande parte do mundo). É preciso encontrar uma forma de fazer valer o direito de expressão garantido na Constituição Federal e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e muitas vezes, desrespeitado. Para Neuza Ribeiro, em artigo escrito para a internet, é preciso urgentemente encontrar uma forma de comunicação que dê direito à todos participarem:

Pensar um novo processo de comunicação em que o ser humano se aproprie das técnicas e construa a partir de suas vivências, coletivamente com os seus parceiros, novos modelos e sistemas de divulgação de seus meios de produção também deve ser fator de discussão entre os debates que envolvem a sócio economia solidária. Mais do que nunca o domínio dos diversos setores de produção, que gera riqueza e que mantém grandes grupos empresariais com o

poder da comunicação nas mãos, tem colocado, ao longo dos últimos 50 anos, o cidadão comum, aquele que efetivamente é o produtor dos bens de capital, cada vez mais distante desse domínio, subjugado aos interesses desses grupos, e sendo tratado apenas como um elemento a mais na manipulação e da informação.(RIBEIRO,2000, www.milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca/ribeiro.htm)

Foi pensando desta forma, que as comunidades passaram a se reorganizar, um fenômeno que podemos chamar de localismo.

3.0. O PODER LOCAL

A globalização tornou o mundo um lugar só, um único bloco. Deste modo, os países, nações e povos são tratados como iguais. Com a globalização, os limites determinam os iguais, os pertencentes na comunidade:

Na sociedade globalizada, os indivíduos que pertencem à esta sociedade, para se sentirem ou serem considerados como parte do conjunto, partilham das instituições e das ordens relativas àquele lugar, o que imprime uma marca própria.(...) Nisso inclui a economia, que vai ser peça fundamental no modo de elaborar a cultura, a língua, as formas de expressão, a política, a religião e, inclusive, na forma de se relacionar com o outro.(PAIVA, Raquel, 1998 P.24,)

A quebra de barreiras imposta pela globalização transformou aquilo que acontecia apenas em alguns setores, em algo mais abrangente: um espírito de irmandade, que sempre acompanhou o homem desde o seu início, agora é mote para ampliar as fronteiras.

Os processos de globalização cultural e integração econômica regional mostram a necessidade de as economias enfraquecerem as fronteiras que as separam, e, ao mesmo tempo, mostram também que a assimetria existente entre os acordos que se estabelecem pode se acentuar com a liberação comercial. (CANCLINI, 1997, p.173)

Para Raquel Paiva, a globalização teve um efeito contrário ao esperado, pois, ao invés de reforçar a confiança, instituiu a desconfiança e a competição não só entre as nações, mas também em indivíduos que ocupavam uma mesma região.

Tradicionalmente, tem-se em mente que o conceito de comunidade está ligado à idéia de território. Por isso, a mídia trata de forma pensada uma programação direcionada à massa cada vez mais

globalizante e universalista tratando dos assuntos de forma genérica, para todos. (1998,p.59)

Mas já é sabido que ninguém é igual e que a forma, a quantidade e a informação que circula na mídia não é capaz de saciar a sede do homem e que, muitas vezes, leva ao esvaziamento pelo espaço insuficiente de armazenagem e a rapidez com que as notícias são divulgadas.

Se na globalização, a meta é “encurtar” as distâncias, tendo informações sobre tudo e todos, as comunidades seguem um mesmo movimento, porém, procurando valorizar e manter vivas as tradições de uma comunidade, o que é denominado localismo.

A necessidade de formar um grupo vem não só da vontade de cada um de se dar continuidade no mundo, mas de promover identificações ou até mesmo como questão de sobrevivência. É necessário, então, reforçar as relações de pertencimento entre seus membros.

Raquel Paiva ainda reforça a idéia de que:

O Estado é o gestor do mercado mas produz um sentimento de abandono e inutilidade. A solução vem, então, da própria comunidade, do local, resgatando a cidadania e a política, produzindo sua própria história e suas próprias instituições.(PAIVA,1998, p.130)

Daí dentro da comunidade o propósito da motivação por um sistema estável, em que as ordens ofereçam uma funcionalidade à sociedade civil. E é por meio da comunidade que se implementam mudança social, em virtude de sua disposição reivindicatória. Pois ela já retomou o controle por parte do cidadão no seu bairro e na sua comunidade. Nisso, podemos levar em consideração que:

(...) a idéia fundamental da nova sociedade é de criar um interesse comum moral e material entre os homens que desenvolvem sua vida social e econômica num mesmo espaço geográfico, determinado tanto pela natureza quanto pela história. (PAIVA, 1998, p.56)

Raquel Paiva ainda fala que as relações interpessoais ficaram estremecidas por causa da globalização. As pessoas que compõe uma comunidade, que ela mesma reforça que não precisa ocupar um mesmo espaço físico, perderam a sensibilidade e o conhecimento da vida por meio de detalhes que compõe o dia a dia. E complementa:

Falar de comunidade atualmente não pode ser compreendido como retorno ao passado idílico, em que uns vivam em paz com os outros. Ao contrário, defender essa utopia significa continuar relacionando comunidade com projeto não experimentado, oposto à prerrogativa dominante de progresso e mundialização, presente desde sempre na história da humanidade. (PAIVA, 1998, p.138)

Na sociedade atual, os indivíduos que dela fazem parte, sabem que são diferentes quanto ao acesso de bens e serviços, mas estão dispostos a melhorar o sistema a seu favor. Eles vêem a estrutura comunitária como uma forma de exercerem a cidadania já que os veículos de comunicação monopolizam a versão pública sobre os fatos e sobre a verdade, restando poucas opções.

Participar da comunicação é uma forma de facilitar o acesso a cidadania, uma vez que possibilita ao indivíduo tornar-se sujeito de atividades de ação comunitária e dos meios de comunicação. A pessoa que participa deste processo tende a mudar o seu modo de ver o mundo e de relacionar-se com ele. Ela tende a agregar novos elementos à sua cultura. Cecília Peruzzo, no texto: Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania defende a participação dos membros de uma comunidade nos movimentos que nascem dentro dela:

No contexto de tais movimentos (os comunitários) se desenvolvem experiências de uma comunicação que pode ser denominada de popular ou comunitária, aquela evidencia características próprias, em ter elas o exercício da participação direta. Ali se faz possível que os receptores das mensagens dos meios de comunicação se tornem também produtores das mesmas, se tornem emissores do processo de comunicação.(PERUZZO, 2005)

A mesma autora, no livro *Comunicação nos Movimentos Populares* diz que a participação é um direito garantido pela lei e que os movimentos populares são uma via de acesso a eles.

O sufrágio universal é, sem dúvida, uma manifestação de cidadania do povo brasileiro. Mas os movimentos sociais populares contribuem para o seu fortalecimento, ao introduzir a participação política no cotidiano das pessoas, algo que havia se tornado impraticável durante o regime militar. E até modificam a própria forma de envolvimento, que passa a ser feita de maneira direta. Todos podem falar, propor, debater, ter voz ativa nas decisões e trabalhar. Partilham uma experiência de igualdade de atuação como sujeitos no processo. (Peruzzo, 1998, p.62)

Daf, Neuza Ribeiro sugerir que a comunicação Comunitária seja uma forma de democratizar o acesso aos meios que hoje ainda pertencem às grandes empresas de comunicação. Para ela, através da comunicação comunitária, é possível inverter a pirâmide social e “o processo de empoderamento (sic) das populações, buscando e construindo alternativas de produção com geração de renda de forma justa e solidária, onde a principal moeda é a participação” (RIBEIRO,2000)

A participação das pessoas na produção e transmissão das mensagens, nos mecanismos de planejamento e na gestão do veículo de comunicação comunitária contribui para que elas se tornem sujeitos, e se sintam capazes de fazer aquilo que estão acostumadas a receber pronto, se tornam protagonistas da comunicação e não somente receptores.

Peruzzo, diz que o localismo, nova denominação para a busca da identidade própria, é uma crítica da realidade e um anseio de emancipação na luta por uma sociedade mais justa.

Os veículos de comunicação produzidos por setores organizados das classes subalternas, ou a elas organicamente ligados, acabam por criar um campo propício para o desenvolvimento da educação para a cidadania. As relações entre educação e comunicação se explicitam, pois as pessoas envolvidas em tais processos desenvolvem o seu

conhecimento e mudam o seu modo de ver e relacionar-se com a sociedade e com o próprio sistema dos meios de comunicação de massa. Apropriam-se das técnicas e dos instrumentos tecnológicos de comunicação, adquirem uma visão mais crítica, tanto pelas informações que recebem quanto pelo que aprendem através da vivência, da própria prática. Por exemplo, a seleção de notícias que a pessoa se vê obrigada a fazer na hora de montar o noticiário na rádio comunitária, bem como os demais mecanismos que condicionam o processo de produzir e transmitir mensagens com os quais se depara cotidianamente, lhe tiram a ingenuidade sobre as estratégias e as possibilidades de manipulação de mensagens pelos grandes meios de comunicação de massa. Ela passa a conhecer as possibilidades de seleção das mensagens, os conflitos de interesses que condicionam a informação ou a programação, a dinâmica do mercado publicitário, além da força que tem um veículo de comunicação, tal como o rádio, o jornal, a televisão etc. (PERUZZO, www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm)

E destaca que o mais importante é o protagonista da ação: o povo ou as entidades a ele ligadas. A comunicação popular, à medida que se for ampliando o número de rádios, televisões e outros veículos a serviço da comunidade, estará servindo cada vez mais à democratização dos meios e do poder de comunicar. O povo cria seus próprios canais para se expressar, conquista espaço nos canais tradicionais de informação para divulgar suas mensagens. Participam do debate sobre os problemas nacionais e da reelaboração de ideologias, valores e modos de ver o mundo, contribuindo também com a educação para a cidadania, com ou sem a ajuda de ONGs, igrejas, universidades, fundações, educadores sociais autônomos etc.

A comunicação popular, enfim, contribui para a democratização da sociedade e a conquista da cidadania. Que não significa só alguém poder votar a cada cinco anos naqueles que vão decidir por ele, mas também aprender a participar politicamente da leitura do bairro e da escola para os filhos, a apresentar sua canção e seu desejo de mudança, a denunciar condições indignas, a exigir seus direitos de usufruir da riqueza gerada por todos, por meio de melhores benefícios sociais e de salários mais justos, a organizar-se e a trabalhar coletivamente. A comunicação popular não faz tudo isso por si só, mas apenas se estiver inserida na dinâmica dos movimentos, gerando-se a partir deles e, como consequência, caminhando na mesma direção por eles apontada. (PERUZZO, 1998, p.158)

Para Neuza Ribeiro, a comunicação pode estar próxima não só ao desenvolvimento dos modelos alternativos de comunicação como também é uma importante peça para a construção de uma sociedade mais justa. Na medida em que a comunidade se conscientizar do seu valor e da sua força de trabalho, também irá se conscientizar para o poder que tem de comunicar-se com os demais.

Finalmente, Cicília Peruzzo explica que as transformações políticas que aconteceram no país nos últimos anos, fortaleceram as manifestações envolvendo os meios de comunicação que, por um lado, contribuíram com a sociedade mas que por outro, também passaram por mudanças internas.

A pressão dos setores populares organizados contribuiu para que a mídia abrisse mais espaço para a transmissão de suas mensagens, bem como para a transmissão de programas produzidos por entidades sem fins lucrativos mais bem estruturadas. No entanto, a própria democratização da sociedade contribuiu para provocar modificações no interior do sistema nacional de comunicação. O interesse das audiências por temas mais sintonizados com as realidades locais faz com que até os grandes meios de comunicação procurem suprir tal demanda, oferecendo programas ou cadernos dirigidos a públicos locais ou segmentados.(Peruzzo, 2005)

Mas porque não fazê-lo a própria comunidade? Já que estão mais próximas da realidade que se apresenta a elas, as comunidades poderiam direcionar melhor os assuntos discutidos.

4.0. RÁDIOS COMUNITÁRIAS:

No Brasil, a licença de funcionamento de uma rádio é dada pelo Ministério das Comunicações. Ele assim classifica uma emissora como sendo comunitária:

Rádio Comunitária é um tipo especial de emissora de rádio FM, de alcance limitado a, no máximo, 1 km a partir de sua antena transmissora, criada para proporcionar informação, cultura, entretenimento e lazer a pequenas comunidades. Trata-se de uma pequena estação de rádio, que dará condições à comunidade de ter um canal de comunicação inteiramente dedicado a ela, abrindo oportunidade para divulgação de suas idéias, manifestações culturais, tradições e hábitos sociais. (www.mc.gov.br/2005)

O Ministério ainda classifica que a função da rádio comunitária é de divulgar a cultura, o convívio social e eventos locais; noticiar os acontecimentos comunitários e de utilidade pública; promover atividades educacionais e outras para a melhoria das condições de vida da população. Uma rádio comunitária não pode ter fins lucrativos nem vínculos de qualquer tipo como o de partidos políticos ou com instituições religiosas, o que não podemos dizer que acontece no cenário nacional, uma vez que no país o que se nota é uma proliferação de rádios comunitárias religiosas ou de propriedade de políticos.

Este foi o dado alarmante a que chegou o Fórum Social Mundial, no relatório publicado em janeiro deste ano (2005). O Fórum identificou que os meios

de comunicação não estão ao alcance de todos como manda a lei, formando um verdadeiro “cartel das idéias, do pensamento nas mãos de uns poucos”.(Querem Calar a voz do Povo, sindicato dos jornalistas profissionais do Distrito Federal, 2005, p.15). Vejamos este quadro que mostra a concentração dos meios de comunicação nas mãos da Igreja.

IGREJA	TV	REPETIDORAS DE TV	RÁDIOS
UNIVERSAL	21	47	80
CATÓLICA	4	178	260
BATISTA	0	0	100
ADVENTISTA DO 7º DIA	1	0	21
ASSEMBLÉIA DE DEUS	4	0	2
EVANGELHO QUADRANGULAR	1	0	4

Fonte: Dossiê Querem Calar a Voz do Povo, p.5, DF, 2005

Já a Televisão está concentrada em três redes:

REDES NACIONAIS	TVs	RÁDIOS
MARINHO (GLOBO)	32	20
SAAD(BAND)	12	21
ABRAVAÑEL(SBT)	10	0

Fonte: Querem Calar a Voz do Povo, p.5, DF, 2005

E nas regiões, vejamos como fica a concentração dos meios de

comunicação’:

REDES REGIONAIS	TVs	RÁDIOS
SIROTSKY(RBS –SUL)	21	24
CÂMARA (CENTRO OESTE)	08	13
DAOU (NORTE)	05	04
ZAHRAN (MATO GROSSO)	04	02
JEREISSATI (NORDESTE)	01	05

Fonte: Dossiê Querem Calar a Voz do Povo, p.6, DF, 2005

No que diz respeito à programação apresentada na rádio dita comunitária, o Ministério das Comunicações recomenda:

(...) (a programação) deve conter informação, lazer, espaço para divulgar as manifestações culturais, artísticas, folclóricas e tudo aquilo que possa contribuir para o desenvolvimento da comunidade, sem discriminação de raça, religião, sexo, convicções político-partidárias e condições sociais. A rádio comunitária deve zelar sempre pelos valores éticos e sociais da pessoa e da família e dar oportunidade à manifestação das diferentes opiniões sobre o mesmo assunto.(www.mc.gov.br/2005)

Além disso, o Ministério das Comunicações considera ilegal se uma rádio comunitária utilizar a mesma frequência de outra emissora simultaneamente. Neste caso, somente quando houver expressa determinação do Governo Federal. A propaganda comercial também não é permitida, a não ser sob a forma de apoio cultural, de estabelecimentos localizados na sua área de cobertura.

Para abrir uma rádio “comunitária” não é necessário apenas de

vontade. É preciso também, além de ter a licença do Ministério das Comunicações, preencher alguns critérios. O site radcom.com.br, um link do Ministério das Comunicações, específico para as rádios comunitárias, enumera algumas características que a rádio deve ter:

Somente as fundações e as associações comunitárias sem fins lucrativos, legalmente constituídos e registrados, com sede na comunidade em que pretendem prestar o serviço, cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, maiores de 18 anos, residentes e domiciliados na comunidade. A fundação ou associação candidata a prestar serviço de rádio comunitária, não deve, ter ligação de qualquer tipo e natureza com outras instituições. (www.radcom.gov.br/2005)

O Ministério da Comunicação ainda desqualifica qualquer fundação ou associação que já esteja prestando serviços de radiodifusão ou que tenha vínculos com outras empresas que prestem tais serviços. Também ficam de fora da legalização as fundações ou associações que tenham vínculo com partidos políticos, instituições religiosas e sindicatos. O que se percebe, no entanto, como visto nos quadros anteriores, que não é bem assim a realidade das rádios comunitárias.

Caso seja aprovada pelo Ministério das Comunicações, a rádio poderá então, funcionar por dez anos, podendo renovar a licença por mais dez. Há ainda outros critérios que o Ministério impõe para o funcionamento de uma emissora comunitária:

A estação de rádio comunitária deverá operar com potência de transmissão máxima de 25 watts, em FM (frequência modulada), na frequência indicada na portaria de autorização expedida pelo Ministério das Comunicações. Além de: o equipamento transmissor estar, obrigatoriamente certificado pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações). (www.radcom.gov.br/2005)

Caso a rádio não respeite as normas, está sujeita a algumas punições

como advertências, podendo sofrer ainda multas e até perda da autorização para funcionamento. Assim está escrito no site do RADICOM (Radiodifusão Comunitária, órgão do Ministério das Comunicações) :

ATENÇÃO: RADIODIFUSÃO ILEGAL É CRIME FEDERAL

A instalação e funcionamento de estação de rádio, sem a devida autorização, é crime Federal, punido com prisão dos responsáveis e apreensão dos equipamentos. Essa penalidade é aplicada não somente ao proprietário da estação clandestina, como também a todos aqueles que, direta ou indiretamente, estejam ligados a essa atividade ilegal (instaladores, vendedores e fabricantes de equipamentos, anunciantes etc.)(www.radcom.gov.br/2005)

4.1. Rádio Comunitária: legislação

O radialismo comunitário funciona seguindo leis, decretos, normas, portarias e medidas provisórias. Não vamos fazer neste trabalho a descrição de todas as leis. Destacaremos somente as mais importantes e as que possuem alguma relação com a rádio em estudo. A íntegra de algumas leis se encontra nos anexos.

A lei 10.597 de 11/12/2002: altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19/02/1998, que Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga. A referida lei 9.612 de 19/02/98 institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Podemos citar ainda alguns decretos: como o decreto de 26 de novembro de 2004, que criou o Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de analisar a situação da radiodifusão comunitária no País e propor medidas para disseminação das rádios comunitárias, tentando ampliar o acesso da população a esta modalidade de comunicação, agilizar os procedimentos de outorga aperfeiçoar a fiscalização do sistema.

Também há o Decreto 2.615 de 03/06/98, que aprova, na forma do anexo do próprio decreto, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Foi através desta portaria que a Rádio nova Geração, de Chácara pôde começar a funcionar.

Em janeiro deste ano, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal lançou um dossiê ligado ao Fórum Social Mundial (órgão que terá seu devido destaque nesta monografia) em que critica duramente as lei 9.612 e seu decreto regulamentador, de número 2.615. Aliás, é preciso destacar que a rádio de Chácara, objeto de estudo deste projeto experimental, teve sua licença por meio desta lei e decreto.

A lei, que foi sancionada em fevereiro de 1998 e o seu decreto, sancionado em julho de mesmo ano, é considerada inconstitucional para o sindicato. Assim está escrito no manifesto:

Esta legislação não serve ao povo brasileiro, ela inviabiliza as rádios comunitárias. Eis algumas das suas aberrações:

Destina um só canal por município.

Estabelece o alcance de um quilômetro.

Proíbe publicidade.

Exige que a diretoria da rádio more nesse círculo de um quilômetro.

Se o sinal de uma rádio comunitária interferir numa comercial, o Estado pune; mas, em caso contrário, não há punição.

Proíbe as emissoras comunitárias de entrarem em cadeia.

Limita a potência a 25 watts.

Toma como referência a lei 4.117/62 e o decreto 236/67, que são instrumentos jurídicos construídos na época da ditadura militar, com a finalidade de punir 'os inimigos do regime'.

Estabelece que as rádios comunitárias devem operar fora do dial (As faixa de radiodifusão em FM vai de 88 a 108 MHz. No entanto, a Anatel, definiu três canais, ou frequências, aonde pretende colocar todas as rádios comunitárias: 87,4 a 87,8.

Por que se fez uma legislação tão restritiva às rádios comunitárias? Por que até hoje se usa na repressão uma lei criada pelos generais ditadores?(dossiê Querem calar a voz do povo, 2005, p.6)

Em Juiz de Fora, não há uma legislação própria que regule as rádios comunitárias. Há um projeto de lei de autoria do Vereador Flávio Checker, o projeto de número 193, de dezembro de 2004, que se propõe a criar leis para este campo. Entrevistado para este trabalho, ele diz que o principal objetivo é tirar das rádios o título de “ilegais” e estender também a elas a autorização que hoje é dada apenas as rádios religiosas. Para isso, o vereador se espelhou em cidades como Ribeirão Preto e São José dos Campos que já possuem leis de apoio às rádios comunitárias.

4.2. História da Rádio Comunitária

Como dito anteriormente, rádio comunitária é uma estação radiofônica em frequência modulada, que funciona com uma potência de até 25 watts, regulamentada por lei e é feita **pela e para** a comunidade.

Mas antes, precisamos diferenciar rádios livres de rádios comunitárias. Segundo Arlindo Machado, as rádios livres que “nasciam” na Europa não têm relação com as chamadas rádios piratas, cujo surgimento é anterior à das rádios livres. As rádios piratas surgiram na Inglaterra, no final dos anos cinquenta. Algumas emissoras montaram seus estúdios dentro de barcos, para escaparem da fiscalização do Estado Inglês. Era costume erguer uma bandeira negra, como a dos corsários, nos barcos onde faziam as emissões, o que deu origem à expressão “rádios piratas”.

Fizeram história as rádios piratas, como as relatadas por Arlindo Machado, “a rádio Merkur, por exemplo, emitia nas costas de Copenhague (Dinamarca), a Nord nas costas de Estocolmo (Suécia), a Verônica em águas

holandesas, a Caroline e a Atlanta no mar da Inglaterra". Havia um outro sentido para o termo pirata: elas literalmente corriam atrás do ouro, já que entendiam o rádio como um veículo lucrativo e, geralmente, eram financiadas por empresas multinacionais que gostariam de entrar no mercado europeu, mas esbarravam no protecionismo estatal.

Basicamente, essas rádios introduziram na Europa o estilo radiofônico norte-americano, baseado na difusão de música pop e na animação dos disk-jockeys. Se considerarmos que as rádios do monopólio eram, nessa época, palavrosas, enfadonhas e demasiado obcecadas com a difusão de música clássica, não é difícil imaginar que as piratas ganharam terreno em pouco tempo. A rádio Caroline chegou a conquistar 28 milhões de ouvintes entre 1964 e 1968 (MACHADO, Arlindo, 1987, p.60-61).

Já as rádios periféricas emitiam fora do país de origem para não se sujeitarem às leis. Para Arlindo Machado, podem ser consideradas legais, pois tinham estúdios próprios dentro do território mas a antena transmissora ficava fora do país. E assim como as rádios piratas, as periféricas tinham como caixa verbas publicitárias de multinacionais e de empresas norte-americanas.

Nos anos 60, a pirataria nas ondas gerou alguns incidentes internacionais, sobretudo por iniciativa da Inglaterra. Mas é um problema difícil de resolver pelas vias jurídica ou diplomática, uma vez que o conceito de soberania nacional só é aplicável ao território físico, mas não ao espaço eletromagnético. Ademais, as próprias superpotências internacionais desmoralizaram a idéia de inviolabilidade das nações quando, a partir dos anos 40, se engalfinharam numa verdadeira batalha nas ondas, em busca da penetração ideológica. As emissoras norte-americanas Free Europe, Liberty e Voice of America, a Rádio Central de Moscou, a Deutsche Welle da Alemanha Ocidental, além da própria BBC britânica, bombardearam os seus adversários políticos com emissões diárias em ondas curtas, seguindo o exemplo de Goebbels na Alemanha nazista. Colocados no fogo cruzado do monopólio estatal e da pirataria internacional, os europeus partiram para a sua própria revolução nas ondas radiofônicas, inventando uma terceira modalidade de emissão: as rádios livres. (MACHADO, 1987, p. 61-62)

4.3. Rádios Livres: onde tudo começou

Assim está escrito na Declaração dos Direitos do Homem, em seu artigo XIX: “Todo o homem tem direito à liberdade de opinião e expressão. Esse direito inclui a liberdade de receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios, sem interferências e independentemente de fronteiras”.

Baseada neste direito surgem na Europa, mais precisamente na Itália em 1975, as chamadas rádios livres. É claro que na época, as pessoas nem tinham conhecimento dos direitos humanos, mas só o fato de quererem romper com a situação em que viviam impulsionou alguns jovens a tomarem uma atitude, mesmo que fosse a seu modo. O principal objetivo era acabar com a concentração do setor de telecomunicações nas mãos do Estado Italiano. Vivendo em um estado ditatorial, as rádios livres estimularam as pessoas a passar da situação de simples ouvintes para agentes ativos de seus discursos. Eles ainda pregavam que a comunidade deveria colocar no ar as suas idéias, sem precisar pedir autorização do estado para isso.

Desde o início, as rádios alternativas ao monopólio se aglutinaram em dois núcleos. De um lado, aquelas que tinham interesses comerciais, que visavam à exploração de publicidade e à transformação do rádio num negócio rendoso, como era nos Estados Unidos. Nessa perspectiva empresarial, a Rádio Milano Internazionale aparece como o melhor exemplo. De outro lado, porém, o desafio ao monopólio abriu espaço para uma experiência radiofônica absolutamente inédita, dirigida para uma autêntica gestão alternativa da informação e para o exercício direto da democracia, através de sua ligação com movimentos sociais contestatórios. Esta última estava quase sempre relacionada com as novas esquerdas ou com grupos de natureza político-cultural que não mais se encaixavam nos velhos partidos. (MACHADO, 1987, p.63)

Nas rádios italianas era possível manter os ouvintes informados sobre concentrações, greves e manifestações e dar em primeira mão, as notícias dos

diversos movimentos reivindicatórios. A maioria das rádios italianas operava em esquema de autogestão e eram mantidas por meio de contribuições dos colaboradores e simpatizantes. A resposta do Estado às rádios ilegais era também diferenciada. Havia um clima de tolerância em relação às emissoras comerciais, enquanto que aquelas que discordavam do modelo político eram reprimidas.

No ápice de repressão às rádios livres "atravessadas" no movimento social, a empresa de navegação aérea Alitalia introduziu uma polêmica ridícula, baseada no argumento de que as emissões clandestinas estavam provocando interferências nos aparelhos de comunicações de bordo, durante a operação de aterrissagem. Essa polêmica logo foi engrossada pelas forças conservadoras do país, que começaram a presagiar as rádios livres entrando nas faixas da polícia, das ambulâncias, dos bombeiros e provocando uma catástrofe urbana. O pânico era artificialmente produzido para manipular a opinião pública, pois jamais aconteceu acidente algum devido a emissões radiofônicas. (MACHADO, Arlindo, 1987, p.65).

Félix Guattari, no texto *Micropolíticas, Cartografias do Desejo*, traça uma visão bem humorada do movimento italiano e de como este foi o primeiro passo para a eclosão de rádios em outros países:

No início era apenas uma minoria: o pessoal das rádios livres era um bando de loucos, um pouco como Dom Quixote atacando o grande monopólio. Era espantoso. É como se as pessoas aqui resolvessem agora ir atacar um quartel. Rapidamente, o fenômeno ganhou uma força incrível, produzindo um impacto sobre a grande mídia, como se esse ato de ilegalidade tivesse criado uma rachadura no edifício do monopólio. Parece que, de repente, implantou-se uma dúvida sobre a legitimidade desse monopólio. É como se uma vidraça, já trincada, se partisse totalmente sob o impacto de um simples pedregulho. Esquemáticamente, as etapas foram as seguintes: esse pequeno grupo de camaradas, diretamente inspirados pelos italianos (mais que inspirados, pois os materiais italianos eram, basicamente, o que mais se utilizava), viu sua iniciativa estender-se rapidamente para toda a França. Muitas vezes, duas ou três pessoas colocavam os equipamentos em uma cozinha e começavam a emitir. Entre os grupos que se formavam, alguns eram folclóricos e insignificantes. Outros, pelo contrário, eram muito importantes desde o início. Por exemplo, o grupo Fessenheim, na Alsácia, equipou-se com material móvel e começou a emitir em três línguas: o francês, o alemão e a língua local. A repressão nunca conseguiu capturá-los: provavelmente, passavam de uma montanha para outra... Em seguida, apareceram os grupos militantes, não profissionais. Em primeiro lugar vieram os ecologistas e os fanáticos do rádio. Depois

vieram os militantes de bairros, como os de Saint Denis (subúrbio de Paris), que inventaram um modelo de rádio que imediatamente se tornou muito significativo. Eles estavam ligados a tudo o que se passava no bairro - onde, aliás, havia muitos trabalhadores imigrantes. As pessoas então vinham pessoalmente na rádio contar o que se passava, denunciar nominalmente seu Fulano ou Dona Sicrana. Eles emitiam dia e noite - principalmente à noite, porque nesse momento não há concorrência, e a mídia menor se torna maior. Isso desencadeou uma repressão e, ao mesmo tempo, uma reação contra a repressão, uma intensa mobilização por parte de juristas e intelectuais. Houve então um fenômeno de "bola de neve": quanto mais se reprimia as rádios livres, mais elas se desenvolviam. (...) Portanto, progressivamente, esse fenômeno, que no início era insignificante, fez florescer toda uma série de contradições entre o aparelho esclerosado das rádios estatais e as outras rádios; e, por outro lado, no nível que eu classificaria como molecular, entre um modelo de escuta previsível e essa coisa que se começava a ouvir e que era mutante." (GUATTARI, 1986)

Mas para Cicília Peruzzo, em seu livro "Comunicação nos movimentos populares", a primeira rádio livre surgiu em 1925, na Áustria. A rádio era uma emissora sindical que foi a precursora de muitas outras que viriam depois como a Rádio Espanha Independente; a Rádio Sucre, na Bolívia; a rádio A voz da Argélia Combatente e a Rádio Rebelde, de Cuba.

4.3.1. Rádio Alice

Dentre as rádios livres que atuaram na época, na Europa, uma merece destaque: a Rádio Alice, do Movimento de Bolonha. Sua atuação começa em 1976, como uma das derivações de um grupo diretamente mergulhado na ação política, o A/Traverso, responsável por atividades comunitárias e informais.

Alice se caracterizava, antes de tudo, pela recusa de assumir uma postura política-partidária definida nos termos convencionais e por trazer à discussão pública temas malditos como o corpo, o desejo, o prazer e a preguiça. Com muita frequência, mesclava valores estéticos com ações políticas, retomando a atitude desmistificadora do dadaísmo num contexto pós-moderno (MACHADO, 1987, p.69)

Os seus "militantes" interrompiam as transmissões feitas pelo governo italiano e as misturavam com outras notícias que não tinham nenhuma semelhança com as exibidas pelo Governo. Para Arlindo Machado, o sucesso da rádio Alice eo temor que ela causava nos governantes vinha desse comportamento:

Combinava citações literárias (Joyce, Maiakóvski, Carrol) com música clássica, canções políticas, rock'n'roll, monólogos interiores, fluxos de pensamento, gritos primais, depoimentos de grevistas, slogans de manifestações e zueira de festas. Ora a linguagem era utilizada em sua dimensão instrumental, ocasião em que os microfones eram abertos aos ofendidos de toda espécie; ora a linguagem era experimentada na sua dimensão poética e reinventada numa perspectiva criativa; ora ainda ela explodia como uma operação de guerrilha no seio das mídias dominantes, revertendo a lógica da circulação de mensagens no espaço eletromagnético.(MACHADO, 1986, p.69-71)

O fim da Rádio Alice coincidiu com a crise que atingiu a cidade de Bolonha em 1977, quando a cidade assistiu às manifestações dos universitários, resultando em confronto direto com os policiais, e vários mortos e feridos. Alice desempenhou um grande papel na medida em que dava notícias ao vivo enviadas por telefone pelos estudantes envolvidos no conflito. A rádio ainda incentivava as pessoas aderirem as manifestações e alertava sobre os deslocamento dos policiais. Mesmo assim, a Rádio Alice não conseguiu vencer o Estado Italiano:

O poder de Estado considerou intolerável a intervenção da Rádio Alice nos acontecimentos e, no dia 12 de março, por ordem expressa do prefeito Zangheri, a emissora foi invadida por tropas policiais e os seus articuladores, presos e processados. A invasão foi reportada ao vivo até o último momento. Silenciada, Alice se transformou em um mito, e o seu exemplo fez florescer outras incontáveis alices dentro e fora da Itália (...) (MACHADO, 1987, p. 70)

Segundo Cicília Peruzzo, em 1976, quando ocorre a liberação "das ondas de frequência modulada", acontece um verdadeiro boom de rádios livres: eram 2.275 rádios, o que representava uma rádio livre para cada 24,7 mil habitantes italianos. O mesmo não pensa Arlindo Machado, que acredita que a legalização foi o

primeiro passo para a derrocada das rádios livres. Para ele, as rádios não estavam preparadas para o pior golpe dos estados: a institucionalização. É claro que ele percebe que as verdadeiras rádios livres conseguiriam resistir mas ressalta que os movimentos juvenis e trabalhistas, principais fontes das rádios, estavam em declínio. A legalização apenas acelerou um processo que já aconteceria mais tarde:

A legalização de tipo empresarial, à moda italiana, dando ênfase à competência técnica e econômica, com abertura ao suporte publicitário, esmagou as rádios verdadeiramente alternativas, pois os seus transmissores modestos não puderam enfrentar a hegemonia do grande capital. Por outro lado, a legalização de tipo burocrático, à moda francesa, dando ênfase à representatividade político-partidária, ao poder local e aos organismos corporativos e sindicais, acabou dissolvendo as emissoras não vinculadas aos aparelhos convencionais de representação e que, não por acaso, eram as mais criativas e as mais conseqüentes do movimento. (MACHADO, 1987, p.77)

Cicília Peruzzo destaca o importante papel desempenhado por estas rádios, que além de apresentar ao povo italiano uma nova visão das mensagens, incomodou profundamente o governo italiano:

Certamente, as rádios livres dessa época cumpriram seu papel, tanto que conseguiram mexer com os sistemas oficiais de rádiodifusão. Muitas desapareceram. A maior parte foi absorvida pelo sistema comunicacional de seus países, restando aquelas ligadas a partidos verdes ou as que ocupam um lugar em movimentos de expressão universal, como o ecológico. (PERUZZO, 1998, p.243).

4.3.2. Rádios livres latino-americanas:

Foram as lutas por liberdade que levaram os latino-americanos a implementarem um sistema eficaz de rádio livre. Rádios que auxiliaram os guerrilheiros de El Salvador, os sandinistas da Nicarágua e Che Guevara e Fidel em suas lutas pela liberdade de Cuba e de toda a América Latina. Em Cuba, como em El Salvador e na Nicarágua, as rádios não eram apenas um meio de divulgação das estratégias revolucionárias, mas também serviam de meio de comunicação entre

frentes de batalha e os quartéis gerais, onde em cada território conquistado era instalado um emissor. Como disse Che Guevara:

A importância da rádio é capital. Num momento em que todos os habitantes de uma região ou de um país ardem na febre do combatentes, a força da palavra aumenta esta febre e se coloca a cada um dos combatentes. Ela explica, ensina, excita, determina entre amigos e inimigos as futuras posições (MACHADO, A., MAGRI, C., MASAGÃO, M. 1996: p. 96)

Na Bolívia, as rádios mineiras significaram uma abertura para a voz dos trabalhadores sofridos das minas de estanho no interior do país. Rádios com A Voz do Mineiro e a Rádio Nacional de Huanuni serviram como veículo de protesto, muitas vezes com equipamentos precários e mão de obra desqualificada, mas que tinham credibilidade com a população. Em 1959, surgiu a rádio Pio XII, que no princípio era uma rádio que pregava contra o comunismo e a favor da classe patronal, mas em junho de 1967, os padres que comandavam a Pio XII mudaram de opinião após o Massacre de San Juan, onde morreram muitos mineiros favoráveis à guerrilha.

Em 1980, o general Garcia Meza toma o poder e a partir desta época, várias rádios livres da Bolívia começaram a transmitir em cadeia, promovendo um diálogo entre elas que atingia toda a população. Nas transmissões transcritas logo a seguir podemos acompanhar como estas rádios funcionavam e como havia um espírito de cooperativismo entre elas.

RÁDIO ANIMAS:- As tropas estão aproximadamente a cinco quilômetros de Siete Suyas, muito perto de Santa Ana. Por isso, apressamos em nos defender. O número de pessoas presas chega a trinta e um e foram levados para Tpiza... Esta é a Rádio Animas para todo o sul do país. Estamos numa hora crucial, as senhoras donas de casa têm ajudado muito na construção da nossa defesa... Vamos até as últimas consequências, porque esta é a nossa missão. Nós estamos nos defendendo, não temos insulto, não estamos provocando nada nesta situação... Irmão que tem graduação baixa, tenha consciência de que o povo boliviano é seu irmão. Não dispare

contra seus irmãos e seus pais. Os camponeses do Norte estão respondendo ao boliviano é seu irmão. Não dispare contra seu irmão e seus pais. Os camponeses do Norte estão respondendo ao bloqueio, estão levando adiante um plano que pode dar certo... O país precisa de um respiro democrático. Adianmte Huanuni:

RÁDIO NACIONAL HUANUNI: - Perfeito, companheiros da Animas. (...) Do mesmo modo queremos aproveitar estes instantes para dizer ao nosso ponto B que sintonize a rádio 21 de Diciembre. Estamos certos de que lá na Siglo XX o pessoal está recebendo todas as informações e podemos realizar uma cadeia mais ampla...(MACHADO, 1987, p.109).

Ainda poderíamos citar os exemplos, na Nicarágua, da Rádio Segóvia, da Rádio Sandino e da rádio Voz da Nicarágua. Essas rádios, também chamadas de guerrilheiras, lutaram contra o regime de Anastácio Somoza, que se aliava aos interesses norte-americanos na América Central. Em Cuba, a Rádio Rebelde foi uma importante arma na luta para libertar da dominação norte-americana e da ditadura de Fulgêncio Batista. E outra que merecem destaque é a Rádio Revolução, mais tarde também chamada de Rádio Venceremos, que pertencia aos movimentos guerrilheiros de El Salvador. Essa emissora pertencia inicialmente ao Exército Revolucionário do Povo, uma das organizações ligadas à Frente Farabundo Martí, tornando-se a voz oficial dos guerrilheiros. Ela fazia parte de uma estrutura mais ampla de comunicação do movimento, encarregada da informação nacional e internacional. Para Cicília Peruzzo, essas rádios tinham grande poder ideológico sobre as populações daqueles países:

As rádios de guerrilha têm um cunho marcadamente político-ideológico, surgindo e atuando dentro de processos de insurreição que envolvem a luta armada. Constituindo-se neste contexto e operando fora dos padrões legais estatuídos para a radiodifusão, também podem ser vistas como "revolucionárias" e "livres", embora tenham características bem diferenciadas destas outras (...)(PERUZZO, 1998, p. 235)

4.3.3. Rádios Livres no Brasil

Para Maria Elvira Federico, o rádio chega ao Brasil no início da década de vinte. Mais precisamente, a primeira transmissão radiofônica aconteceu no dia 7 de setembro de 1922, durante a comemoração do Centenário da Independência. Alguns alto-falantes, espalhados pela cidade do Rio de Janeiro, captaram e transmitiram o discurso do presidente Epitácio Pessoa, que estava em uma estação emissora, no Corcovado. A partir de então e durante alguns dias, outras transmissões foram feitas, inclusive óperas levadas ao ar diretamente do Teatro Municipal.

Estas primeiras emissões, segundo relatos da época, causaram diferentes reações. É claro que para alguns o rádio era um símbolo de evolução. Um dos que tinha esta visão progressista era o professor Roquette Pinto, considerado por muitos autores como o "pai" do rádio brasileiro. Foi ele que, em 1923, junto com o amigo e também professor Henry Morize, fundou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, reconhecida como a primeira emissora de rádio brasileira. O ideal dos fundadores era o de levar educação e cultura ao povo brasileiro.

Um jornal da época assim descreveu a primeira transmissão de rádio em nosso país:

Uma nota sensacional do dia de hontem foi o serviço de radiotelephonia e telephone alto-falante, grande atractivo da Exposição. O discurso do Presidente da República, inaugurando o certamen foi, assim ouvido no recinto da Exposição em Nictheroy, Petrópolis e em São Paulo, graças à instalação de uma possante estação transmissora no Corcovado e de aparelho de transmissão e recepção, nos logares acima. (Jornal A noite, Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1922)

O rádio, no entanto, teve um começo mais ligado às camadas mais bem posicionadas economicamente. E o motivo era que os receptores eram ainda

muito caros e poucas pessoas tinham acesso aos aparelhos. Além disso, a programação do novo veículo ainda não havia se formado. Os programas veiculados na época costumavam durar horas sem intervalos ou mesmo músicas.

Esse receptores em forma de corneta propiciaram ainda a audição da canção O Aventureiro, da obra, O Guarani, de Carlos Gomes. Os radioouvintes deviam armar-se de muita paciência e boa vontade para captarem os sinais fanhosos e metálicos que não podiam ser considerados fidedignos. (FEDERICO, 1987, p.34)

Apesar do início do rádio estar ligado à elite, já no final da década de vinte, diversas outras emissoras foram criadas por todo o Brasil. Eram rádios formadas por algumas pessoas que se cotizavam para sustentar o veículo, comprando o material necessário para o seu funcionamento.

As dificuldades do rádio também não demoraram a aparecer, principalmente as relacionadas com a parte financeira. Comprar novos discos, manter a programação no ar e conseguir que a emissora crescesse ainda era um desafio que tinha de ser enfrentado, principalmente porque as mensagens comerciais eram proibidas.

Preocupado com a penetração que o veículo ia conseguindo, o Governo definiu o rádio como um serviço de interesse nacional e de finalidade educativa, regulamentando o seu funcionamento e imaginando formas de proporcionar a ele sólidas bases econômicas. No dia primeiro de março de 1932, foi autorizada a veiculação de propaganda pelo rádio.

O que era educativo e elitista passa aos poucos a se popularizar, tornando-se um meio de lazer e diversão. Neste período também começam a aparecer as polêmicas quanto ao uso do rádio. A pergunta era se ele devia apenas

educar e tentar partir para uma programação preocupada com a difusão de elementos acadêmicos ou também podia se abrir às manifestações populares.

A decisão, no entanto, já estava tomada, com a permissão de propaganda nas rádios. Transformado em veículo comercial, o rádio se transformou, acompanhando e ditando padrões de comportamento capitalista. O conflito apresentado ao ouvinte é o de que o meio tinha perdido sua característica inicial. O que antes era um símbolo de status e erudição passou a ser mais popular do que qualquer outro veículo de comunicação existente. Sua força acabou por marcar também, de forma definitiva, outros meios. Na década de trinta, por exemplo, o jornalismo impresso ainda era erudito, o que resultava em um veículo de relativa eficácia - afinal a maioria da população era analfabeta.

Para a terceira fase consideramos a mudança estrutural, porque as rádios tiveram que passar, na medida do carreamento das verbas publicitárias para a televisão(1955 a 1965), e fase (1966 a 1976) que enfoca a com solidação nos anos 60, sua afirmação com o veículo de massa(...)(FEDERICO, 1987, p.32)

O rádio comercial e a popularização do veículo implicaram também na criação de um elo entre o indivíduo e a coletividade. O meio foi utilizado de modo diferente ao que era feito nos primeiros anos de sua existência no Brasil, e caracterizou-se como o mais capaz de vender produtos, mobilizando as pessoas para uma participação mais ativa na vida nacional. A classe média urbana, principal público ouvinte do rádio, passou a se considerar parte integrante do universo simbólico representado pela nação, ou a imagem que dela estava se formando no governo de Getúlio Vargas.

Por esta realidade nova, o começo da década de trinta para as rádios marca a reformulação completa em suas programações e na linguagem utilizada -

ela passa a ser mais coloquial - aproximando, de forma a criar um elo, locutor e ouvinte.

A nova fase do veículo foi caracterizada pela busca da audiência com enfoque nos mecanismos de produção-consumo, ligados à sociedade capitalista. A música e a programação passaram a expressar o estilo de vida urbano e o populismo começou a ser a característica política do Brasil. A publicidade obrigou as emissoras a serem mais agressivas em suas programações e competirem de forma feroz entre si.

Indiferente às críticas, as emissoras investiram cada vez mais em suas atrações. Em 1936 foi fundada a Rádio Nacional, um marco da história da radiodifusão no Brasil. A inauguração foi uma grande festa, com a presença de figuras importantes da política brasileira, como o diretor do temido Departamento de Imprensa e Propaganda do governo de Getúlio Vargas, Lourival Fontes.

Mas a primeira reunião com a nova diretoria fez com que a situação se tornasse clara para todos. A Nacional era a menina dos olhos para a publicidade do regime e os recursos seriam conseguidos de maneira fácil. Os estúdios foram ampliados e grandes nomes da música contratados. A rádio passou a ser durante mais de vinte anos sinônimo de sucesso no Brasil.

Segundo Cicilia Peruzzo, as rádios livres surgiram nos anos setenta, em uma época denominada pela autora "em que os meios de comunicação de massa estavam nas mãos de poucos". A primeira experiência foi a da Rádio Paranóica, de Vitória, criada em 1970. Seus idealizadores foram dois irmãos que, na época, tinham apenas dezesseis e quinze anos. Mesmo que a intenção dos garotos

fosse somente se divertir, o mais novo foi preso, acusado de subversão. Apesar de ter sofrido intervenção voltou a funcionar em 1983 e continuou no ar até meado dos anos noventa, com o nome de rádio Sempre Livre.

4.3.4. Rádios Comunitárias que conquistaram seu espaço

Neste projeto contou-se a história do surgimento da rádio comunitária no país e no mundo. Assim como foi transcrita a história da Rádio Alice, achamos por bem também contar a história de rádios brasileiras. Dentre todas, como a rádio Xilik, a rádio Cinderela, Totó, dentre outras, destacamos o trabalho de duas rádios que continuam funcionando. Primeiro, a Rádio Novos Rumos, por ser considerada a primeira rádio comunitária do país, e a rádio favela, por ser uma rádio que luta, até hoje, por sua legalização. Entramos em contato com as duas rádios mas nenhuma nos deu retorno para adquirirmos mais informações.

4.3.4.1. Rádio Novos Rumos - (Queimados/RJ)

A importância de se destacar a Rádio Novos Rumos está no fato de ela ser considerada a primeira rádio comunitária do país. A rádio está localizada no município de Queimados -RJ, desde fevereiro de 1991. A rádio é administrada pelo Radioclube de Queimados, entidade sem fins lucrativos, e foi fundada oficialmente no dia 13 de abril do mesmo ano. A rádio é reconhecida pela lei municipal 173/95 de 22/05/95. A rádio opera sobre a frequência 101,7 FM, cobrindo num raio de cinco quilômetros, abrangendo 90% dos municípios de Japeri e Nova Iguaçu.

O site oficial da Rádio Novos Rumos, destaca a importância da rádio:

Muitas outras experiências populares em rádio foram realizadas antes da Novos Rumos, mas ela é de fato a primeira radiodifusora do país a ser administrada diretamente pela comunidade, com regras democráticas estabelecidas em seus estatutos, e a primeira a abrir

espaço em sua programação para qualquer pessoa da comunidade, independentemente de qualquer condição política, filosófica, religiosa ou social. (WWW.VIVAFAVELA.COM.BR/RADIO/NOVOSRUMOS).

4.3.4.1.1. Uma história de muita luta para sobreviver no ar

Com a união de forças políticas, religiosas e sociais, a Rádio Novos Rumos tem conseguido uma façanha: é a líder de audiência mesmo competindo com grandes emissoras da região. Sebastião Santos, um dos fundadores da rádio, em palestra na Faculdade de Comunicação da UFJF, no ano de 1998, contou que o segredo da Novos Rumos foi a busca pela aproximação com a comunidade de Queimados. Foram chamados todos os movimentos organizados da cidade para participarem do Conselho da rádio, o que possibilitou também uma programação bastante variada e democrática.

Em entrevista à Álvaro Americano para a tese de mestrado: 87,9: a Universitária está no ar o autor, que na época, participou de uma palestra organizada pela faculdade, contou como foi o começo da rádio. Em sua tese de mestrado, Álvaro explica que para Sebastião Santos, que também foi presidente da ABRAÇO, Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, o que aconteceu em Queimados foi um exemplo de democracia na ocupação dos espaços de radiodifusão. Ainda assim a rádio chegou a ser fechada em 1991 por não ter o alvará para funcionamento, mas a mobilização de toda a comunidade através dos representantes políticos, abaixo - assinados da população e campanhas por toda cidade, praticamente obrigou a reabertura da emissora, em 1995.

Hoje a Novos Rumos conta com quase oitocentos sócios que contribuem mensalmente com dois reais para a manutenção da rádio - bem ao estilo das antigas rádio -clubes - além de vinte funcionários contratados, departamento de jornalismo, sob a orientação de um profissional, departamento comercial, estúdios de gravação e transmissão e carros de reportagem.

A rádio tem funcionado de seis horas à meia-noite, com uma programação diversificada, já que o seu estatuto permite a todo cidadão o direito de participar na programação, o que resulta uma média de trezentas pessoas passando diariamente pelo estúdio da Novos Rumos. (AMERICANO, ÁLVARO. 1997)

O sucesso que a rádio alcançou desde o início de sua fundação e de transmissão, incomodou não só o governo local mas também os proprietários de emissoras comerciais. O episódio do fechamento relatado acima aconteceu no dia 15 de maio de 1991, seis dias após a inauguração pública que reuniu mais de duas mil pessoas no Ginásio do Queimados F. C., a Novos Rumos foi invadida por fiscais do Dentel e agentes da Polícia Federal, que apreenderam todos os equipamentos e suprimentos da emissora. A professora Cicillia Perruzzo fala da popularidade da Rádio Novos Rumos e de como a participação da comunidade foi decisiva para que a rádio se mantivesse no ar :

(...) surgida em dezembro de 1990 e inaugurada oficialmente em maio de 1991, em Queimados, município da Baixada Fluminense(RJ). A emissora com pouco tempo de funcionamento foi fechada por fiscais do Ministério das Comunicações e a Polícia Federal, sendo apreendidos o transmissor, a aparelhagem de audio e discos. Depois de várias tentativas de reabri-la, através da mobilização da comunidade que fez um abaixo assinado com dez mil assinaturas de habitantes do município e cem de apoio de parlamentares, e de lobby do Comitê pela Democratização da Comunicação do Rio de Janeiro junto ao Ministério das Comunicações, finalmente após o então Ministro, Sérgio Motta, ter se comprometido, em março de 1995, a formar uma comissão para elaborar uma proposta de regulamentação para as emissoras de baixa potência(...) (Peruzzo, 2005)

O site oficial da Rádio Novos Rumos diz que foram quatro anos de lutas com a rádio fora do ar. A população de Queimados fez inúmeras manifestações para que a rádio pudesse voltar a funcionar e sempre esperou que o governo federal se posicionasse a favor também das outras rádios comunitárias que surgiam:

Estávamos em pleno governo Collor. Nosso interlocutor no governo era o Secretário Nacional de Comunicação Joel Rauber. Empolgado com os postulados do neoliberalismo, ele trabalhava com a hipótese de o governo Collor desregular a radiodifusão e considerava a possibilidade de transformar a Rádio Novos Rumos numa experiência piloto para a implantação de um projeto nacional de radiodifusão comunitária. Alguns meses depois de nosso primeiro encontro, Joel Rauber foi substituído na Secretaria por Nelson Marchezan, que não queria nem ouvir falar em rádio comunitária. Meses depois, cai o Governo Collor. O Governo Itamar, em relação às rádios comunitárias, foi um verdadeiro fiasco. Somente no primeiro Governo FHC, com Sérgio Motta no Ministério das Comunicações, foram retomadas as negociações para regulamentação das rádios comunitárias.", disse o presidente da Novos Rumos, Luiz Gonzaga de Macedo. (www.vivafavela.com.br/radio/novosrumos)

Em abril de 1995, os principais jornais do país publicaram artigos criticando as rádios ditas "piratas" e encaminhando-as para que chegassem diretamente ao gabinete de Sérgio Motta, então Ministro das Comunicações. Dirigentes que participavam do Fórum pela Democratização da Comunicação aproveitaram a audiência do Deputado Fernando Gabeira e levaram ao Ministro a proposta de realizar um projeto piloto com dezesseis emissoras comunitárias, em vários pontos do país, entre elas a Rádio Novos Rumos:

No dia seguinte convocamos a Assembléia de Refundação da rádio, realizada em 30 de abril de 1995. Fizemos algumas alterações nos estatutos e, prudentemente, marcamos para quinze de maio de 1995 a reinauguração da Novos Rumos. Nesta data seriam completados exatos quatro anos de fechamento da rádio e, por conseguinte, prescreveria o processo judicial em curso. Foi marcada para o sábado anterior, 13 de maio, a festa de reinauguração na Casa de Gondomar, agremiação dirigida pela colônia portuguesa local. (Luiz Gonzaga Macedo, em www.vivafavela.com.br/radio/novosrumos).

A Rádio Novos Rumos, depois de muitas brigas judiciais consegue a autorização para funcionar legalmente, como comenta seu presidente, Luiz Gonzaga:

Uma semana depois de reinagurada a rádio, em 22 de maio de 1995,

foi promulgada a Lei Municipal Nº 173/95, de autoria do Ver. José Carlos Nunes de Paula, aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal de Queimados, reconhecendo o Radioclube de Queimados como Etidade de Utilidade Pública. Em setembro 95, com apenas quatro meses no ar, uma pesquisa do IBOPE já apontava a Novos Rumos como a terceira mais ouvida na cidade, perdendo apenas para a Melodia FM e a Globo AM.

Porém, no dia 06 de maio de 1997, prestes a completar dois anos no ar, fiscais do Dentel (hoje, Anatel), acompanhados de agentes da Polícia Federal, fecharam a rádio Novos Rumos. Mas a resposta desta vez foi diferente: em quatro dias foi feito um abaixo assinado com mais de cinco mil assinaturas com o apoio de entidades do próprio bairro, um documento assinado pelo prefeito e vereadores:

De posse dessa documentação e com o apoio da AMARC, FNDC, Abraço e Ar Livre, fomos ao Delegado do Ministério das Comunicações no Rio de Janeiro comunicar que a comunidade não aceitava o fechamento da rádio e que, diante desse fato incontestável, nós a reabriríamos. E assim, num domingo, dia das mães, 11 de maio de 97, a Novos Rumos voltou ao ar... (www.vivafavela.com.br/radio/novosrumos).

Cicília Peruzzo afirma que o sucesso da Rádio Novos Rumos de Queimados se deve à estrutura democrática adotada pela rádio, em que todos da comunidade participam efetivamente da construção da programação: Ela explica:

Pelo estatuto a emissora garante a todo cidadão o direito a voz na programação. Conta com cem colaboradores e catorze funcionários. Tem um quadro de 781 sócios, que contribuem com R\$2,00 por mês, mas a sua principal fonte de receita são os comerciais e prestação de serviços para terceiros.(...) A emissora faz assembléia, de seis em seis meses, com todos os associados, da qual tiram as diretrizes globais de atuação, mas o seu dia a dia é conduzido por um conselho executivo, composto por cinco membros. Possui também um conselho de programação e um conselho de fundadores. (Peruzzo, Cicília, 2005, disponível em www.bocc.ubi.pt)

A Rádio Novos Rumos, por seu histórico tumultuado e, por ter sido fechada injustamente, continua protestando contra a burocracia da legislação brasileira e convoca mudanças:

Mas, enquanto o Ministério das Comunicações for uma sucursal da ABERT não haverá paz para as rádios comunitárias. Somente um governo popular, comprometido com a democracia na comunicação porá fim a essa perseguição insana às nossas emissoras comunitárias."(www.vivafavela.com.br/radio/novosrumos)

4.3.4.1.2. Programação da Rádio Novos Rumos

Variedade e pluralidade são as marcas defendidas pela primeira rádio comunitária do Brasil:

Todas as religiões, todos os partidos políticos, todos os movimentos sociais... Todos estão na rádio. O espaço está sempre aberto para debates, entrevistas e comentários. Todos da comunidade tem direito a vez e voz. Todos falam, desde as autoridades até o mais humilde cidadão ou cidadã. (www.vivafavela.com.br/rádios/novosrumos)

O diferencial da Rádio Novos Rumos é que a pluralidade não existe só no ar. A rádio também é composta por pessoas da própria comunidade e dos mais diversos segmentos da sociedade. A Rádio Novos Rumos se orgulha deste feito, como deixa claro em seu site:

A maioria veio aprender o ofício, comunicar, operar o áudio, produzir e coordenar departamentos na própria rádio. Pessoas que jamais pensariam em pisar em uma rádio tem a oportunidade diariamente de aprender uma profissão e descobrir talentos adormecidos. Professora que virou comunicadora, dona de casa que virou presidente, desempregado que virou operador de áudio, estudante que aprendeu uma profissão... Nossa, são muitas as histórias. Dentro e fora da rádio. Vidas que foram salvas, crianças desaparecidas que foram achadas, agasalhos, cestas básicas e remédios que foram doados, documentos perdidos que foram encontrados, aniversariantes que foram lembrados, recados que foram dados, reclamações que foram feitas e soluções que foram encontradas. Informações que foram passadas sobre a comunidade, comentários, entrevistas, o artista desconhecido que virou sucesso, o comerciante local que passou a vender mais porque tem onde anunciar, pessoas comuns, pessoas importantes, pobres, ricos... É este o rumo que a rádio pretende dar à cidade.

Para a Rádio Novos Rumos, o principal objetivo alcançado foi mostrar que as pessoas simples podem fazer uma rádio com um grupo que não domine os

meios de comunicação, que não se intimida ao querer valorizar a região em que vive, mora ou nasceu.

4.3.4.2. Rádio Favela FM - (Belo Horizonte/ MG)

A Associação Cultural de Comunicação Comunitária Favela FM, ou como é mais conhecida por Rádio Favela, é uma rádio comunitária, sem fins lucrativos, que se formou a partir dos moradores da vila Nossa Senhora de Fátima, um bairro localizado no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte.

Como as rádios costumam ser criadas dentro de comunidades bastante pobres, as rádios comunitárias funcionam, algumas vezes, como antíteses das emissoras comerciais. Elas procuram absorver a estrutura da linguagem das rádios e adaptá-las ao cotidiano do seu ouvinte, a quem, na maioria das vezes conhecem pelo nome e endereço. Não é surpresa que em vários locais estas emissoras desbanquem as tradicionais rádios das cidades onde atuam.

Ao contrário da tendência de simplificação e homogeneização do gosto comum, as produções da emissora buscam atuar dentro dos limites de suas áreas de abrangência e têm mais sucesso quanto mais próximas dos moradores conseguem chegar. A Rádio Favela é considerada como um bem dos próprios moradores da região, e é guardada por eles e defendida das tentativas de fechamento por parte do poder público.

A rádio tem uma programação variada, que passa pelo samba, rap, MPB, notícias, até um programa de música italiana, produzido por Giulio Mattiazzi, um italiano que mora desde 1990 no Brasil e se encantou com a experiência comunitária da "Favela". Os próprios vizinhos da rádio têm a possibilidade de conquistar um horário na emissora e apresentar um programa. Há

uma característica interessante da rádio Favela que a diferencia das demais: ali não há portas e a qualquer momento pode ser visitada ou ter sua programação interrompida por um membro da comunidade, que tenha algo a dizer.

Outra característica marcante da rádio e de resto de várias emissoras comunitárias, é o fato de serem sustentadas pela própria sociedade em que estão inseridas. São discos de vinil e CDs doados, além de equipamentos e os mais diversos objetos fundamentais para a manutenção do sinal no ar. Além disso, o conserto de qualquer material da rádio também é feito por moradores que vivem na comunidade.

A idéia da rádio começou com os eventos musicais e culturais que aconteciam na favela como lazer dos moradores no final dos anos 70. A intenção foi a de criar um espaço para que os moradores da favela pudessem divulgar música, falar da cultura negra, da discriminação contra os moradores da favela e conscientizar os jovens da comunidade quanto aos problemas relacionados à violência e às drogas, uma vez que a situação se agravou com a presença do tráfico na região. Essa situação fez com que algumas pessoas ligadas à organização dos eventos, se juntassem e montassem também uma rádio.

Assim, entra no ar, em 1981 a Rádio Favela, também chamada de "a voz do morro". A Rádio começou a funcionar precariamente com um transmissor à bateria, um toca-disco a pilha (pois não havia energia elétrica na favela) e equipamentos improvisados. Devido à forte repressão que existia no país, a rádio não podia permanecer em um mesmo local por muito tempo e mudava-se de barraco em barraco, ampliando gradativamente o número de pessoas da própria comunidade com ela envolvidas. (www.radiofavelafm.com.br)

A Favela FM saiu do ar muitas vezes. Seja por causa de perseguições políticas e policiais, seja por motivos diversos como inundações na época de

chuvas, como aconteceu em 1995, a rádio continua no ar até hoje, tendo resistido também após ter seus transmissores lacrados três vezes.

Em 1996, a Rádio Favela, falando do alto de um aglomerado habitacional, onde moram atualmente mais de cento e sessenta mil habitantes, se institui legalmente como uma entidade cultural, reforça seu caráter comunitário e adquire um alvará de funcionamento fornecido pela Prefeitura.”
(www.radiofavelafm.com.br)

A história da Rádio Favela foi retratada em um filme, intitulado “Uma onda no Ar”, dirigido por Helvécio Ratton, sendo exibido inclusive no exterior. O filme recebeu vários prêmios: prêmio Lady Film Festival de melhor filme segundo o júri popular; 20th Miami International Film Festival de prêmio especial do júri; Segundo Festival de Varginha de melhor ator para Alexandre Moreno, melhor ator coadjuvante para Babu Santana; Margarida de Prata de 2002 (prêmio dado pela CNBB) de menção honrosa, prêmio OCIC (Organização Católica Internacional de Cinema) pela criatividade na linguagem cinematográfica e promover os valores humanos. O filme ainda foi destaque na Mostra do Cinema Brasileiro em Hamburgo e Berlim, em 2003; High Museum of Art’s Latin American Film Festival em Atlanta, em 2003; Los Angeles Latino International Film Festival; Looking South Festival (EUA); La Muestra Internacional de Santo Domingo, em 2003; Festival Cinematográfico Internacional do Uruguai.

4.3.4.2.1. Objetivos

O principal objetivo da rádio Favela FM é manter uma programação de rádio diferenciada das rádios. O sucesso da rádio se deve pela rádio manter próxima de seu público, com um discurso de valorização da favela e das pessoas que moram ali. A rádio destaca os pontos positivos mas também denuncia os problemas. E

ainda faz uma campanha educativa com relação aos direitos e à cidadania.

A idéia é valorizar a "lógica interna do morro", com sua fala, símbolos, gírias e traduzir para essa linguagem, discursos e informações às vezes distantes de sua realidade. Conscientização quanto à direitos, denúncia quanto à postura abusiva da polícia no morro, questões relacionadas à drogas e violência, discriminação racial, melhorias necessárias nas áreas de saúde, infra-estrutura, saneamento são temas constantemente discutidos na rádio.(www.radiofavelafm.com.br)

Esta postura de aproximação com a comunidade garante não só a popularidade, mas como o caráter comunitário garantindo a identificação entre a rádio e os ouvintes.

A existência de um veículo de comunicação com essas características significa, principalmente, uma ampliação das possibilidades de expressão cultural e política a grupos que normalmente, não têm acesso à participação nos meios de comunicação.

A rádio funciona como referencial para ouvintes de diferentes localidades de baixa renda, podendo possibilitar ações integradas para melhorar sua qualidade de vida ou lutar por direitos comuns. Através da diversidade de seu discurso possibilita que uma identificação se construa e se afirme uma identidade, que surja o que se pode chamar de uma 'comunidade de ouvintes'. Significa concretamente uma forma de organização para além das formas tradicionais, que atualmente sensibilizam pouco e dificilmente são capazes de mobilização, sobretudo entre as camadas jovens da população.

"Você está na favela". Como sugere uma das vinhetas veiculadas na Rádio, uma de suas importantes realizações é levar para o restante da "cidade" um pouco da realidade vivida pelos moradores das favelas. Mas a Favela FM conquista hoje, público dentro e fora do morro e comemora o aumento da audiência, alcançando altos índices em pesquisas do IBOPE.

Ampliando seu alcance, possibilita não diminuir as diferenças que existem entre os dois universos distintos, o da favela e o do asfalto, e segue afirmando uma diversidade, porém permite uma comunicação, uma aproximação entre ambos e possibilita a diminuição das distâncias e desigualdades. (www.radiofavelafm.com.br)

4.3.4.2.2. Programção da Rádio Favela:

O sucesso da Rádio Favela se deve ao trabalho de tradução da linguagem técnica e especializada, para uma linguagem mais próxima à realidade da favela.

E é assim que são traduzidos manuais técnicos, cartilhas, revistas e jornais para uma linguagem mais acessível aos moradores. Fala-se de problemas e soluções relacionados a temas como desnutrição, Aids e câncer de mama.” (www.radiofavelafm.com.br)

O reconhecimento do trabalho da Favela FM é refletido pelo aumento da audiência e pelas manifestações de apoio através da participação direta, com o grande número de telefonemas e ainda através de correspondências, sempre avaliando como positiva a atuação da rádio e incrementando seu caráter participativo e comunitário.

Por garantir esta participação contínua dos moradores da favela, a Rádio já recebeu dois prêmios da ONU no dia Mundial de combate às drogas; um em 1997, e outro em 1998. A rádio também já ganhou prêmios da CONEN (Conselho Nacional de Entorpecentes), da COFEN (Conselho Federal de Entorpecentes) e da CRER/VIP. A rádio recebeu ainda duas Honra ao Mérito Legislativo na Câmara Municipal e uma Honra ao Mérito Cultural da cidade de Belo Horizonte. A rádio também foi agraciada com o Prêmio Veículo de Comunicação do Ano, ano 1997, do Centro Cultural do Alto Vera Cruz e Prêmio Radialista Pagodeiro, de 1996 e 1997.

Os muitos prêmios ganhos são frutos da filosofia da rádio que funciona como um serviço de utilidade pública, e como uma rede de comunicação entre as pessoas do local. Através de seus serviços encontram-se crianças perdidas,

documentos, chamam-se ambulâncias, e como o telefone é raridade nas casas da favela a comunicação, os contatos e recados via rádio são muito comuns e importantes.

Porém a principal atuação da Associação Cultural de Comunicação Comunitária Favela FM, refere-se a seu trabalho educacional e preventivo quanto ao uso de drogas, envolvimento com o tráfico, roubo e violência, realizando o que chamam de um trabalho de segurança preventiva no morro. Em reconhecimento a esse trabalho, em julho de 97 a Rádio Favela, recebeu o prêmio da ONU no Dia Mundial Contra as Drogas. A preocupação com a formação das crianças e adolescentes, se comprova e se reforça em ações que ampliam a atuação da rádio na comunidade. (www.radiofavelafm.com.br)

Através dos escassos recursos levantados por meio de anúncios publicitários de comerciantes locais, montou-se, no próprio barraco onde funciona no estúdio da Rádio um programa de acompanhamento escolar para cerca de 70 crianças que se dividem em dois turnos de aulas de reforço e que também recebem lanche.

Também o poder público atualmente reconhece a rádio como seu interlocutor assim como sua capacidade de penetração e mobilização popular. Tanto o governo do Estado quanto a Municipalidade veiculam informativos e campanhas de programas nas áreas de saneamento, saúde, educação, preservação ambiental, limpeza urbana, segurança etc.

Utilizam também esse meio para divulgação de cartilhas relacionadas à problemas específicos a que essas populações estão expostas como perigos de desmoronamento e inundação em áreas de risco, entre outros. Tais campanhas significam o reconhecimento do trabalho da Favela FM como importante canal de intermediação e interlocução entre os órgãos responsáveis pela proposição de políticas públicas e as comunidades de baixa renda. (www.radiofavela.com.br)

5.0. ENTIDADES QUE APÓIAM AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS:

Como o movimento das rádios comunitárias ainda é muito recente e ainda se tem a idéia de rádio comunitária como algo proibido e fora-da-lei, alguns órgãos e entidades foram criados para ajudar na defesa das rádios comunitárias, evitando o seu fechamento pelos fiscais do governo e brigando por uma reforma que realmente reconheça a rádio comunitária como órgão legal também na lei.

Dentre estas entidades, destacamos aquelas que possuem uma atuação mais firme frente ao governo. Vamos destacar a Amarc, pela sua atuação mundial; a Abraço, o Fórum Social Mundial e o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

5.1. Amarc

A Amarc, Associação Mundial de Rádio Comunitárias, é uma organização internacional que luta pela defesa da rádio comunitária. Possui caráter político e, diga-se já de passagem, é um movimento que gira em torno das rádios. É reconhecida como uma organização não governamental, sem fins lucrativos. A Amarc agrupa cerca de três mil membros e associados em cento e seis países em todo o mundo.

Seu principal objetivo é apoiar e contribuir para o desenvolvimento da rádio dita comunitária e participativa. Promover a democratização da comunicação em favor da liberdade de expressão e o desenvolvimento sustentável dos povos latino-americanos. O lema da Amarc é: **"Democratizar a palavra para democratizar a sociedade"**.

A Amarc prega que os jornalistas, comunicadores, rádios e centros de formação associados a ela, cumprem um importante papel social na medida em que

defende a livre expressão não só das rádios, mas também dos movimentos sociais, políticos e culturais. Ela apóia qualquer iniciativa que promova "a paz, a amizade entre os povos, a democracia e o desenvolvimento".(www.amarc.org).

Além disso, a Amarc também apóia as organizações que lutam pela democratização não só da informação, mas também da sociedade e da cultura, resgatando as identidades e línguas locais e debatendo o sentido da cidadania. A Amarc está espalhada por todos os continentes. Na América Latina, ela é representada pela sigla ALC (referente à América Latina e ao Caribe) e foi fundada em 1990. Atualmente, a Amarc ALC conta com 400 associados, 18 representações nacionais que desenvolvem atividades em seus respectivos países e um Conselho Regional que possui representação nas sub-regiões da América Latina: Países Andinos, América Central, Cone Sul, México, Brasil e Caribe, construindo as identidades locais.

A história da Amarc não se diferencia muito das outras associações: um grupo de amantes pelo rádio se reuniu em Montreal, Canadá, e decidiu montar uma organização em defesa da rádio comunitária. Este ano, a Amarc completou vinte e dois anos.

Em 1986, com a Segunda Assembléia Mundial realizada em Vancouver, no Canadá que, à princípio foi um movimento que surgiu espontaneamente, foi convertida oficialmente em Associação Mundial das Rádios Comunitárias. Em 1988, em Manágua (onde?), a Associação adquiriu o título de organização não governamental. (www.amarc.org/amarc/esp)

O papel da Amarc vem se intensificando a cada ano. Em 1990, em Dublin, Irlanda, foram realizadas discussões na Quarta Assembléia Mundial da Amarc que giravam em torno da afirmação do Direito à Comunicação. Por isso, no mesmo encontro, um grupo de mulheres propôs a criação de uma rede internacional de mulheres que trabalhavam em rádios comunitárias. Somente em 1992, na

Assembléia de Oaxtepec, no México, é que foi criada a Rede Internacional de Mulheres, e junto, a Rede de Solidariedade da Amarc.

A última assembléia realizada pela Amarc aconteceu em 1998. Nesta assembléia, foram definidos os limites de “fronteiras” entre os países participantes da Amarc: a fronteira legal, baseada no reconhecimento dos meios comunitários dentro da nova legislação internacional; a fronteira técnica, ajudando os membros a se adequarem às novas tecnologias e permitindo a colaboração das rádios comunitárias com outros veículos de comunicação; e a fronteira geográfica, abrindo caminho para países da Ásia e Arábia.

A Amarc possui ainda uma declaração de princípios que estabelece regras aos seus associados:

Contribuir com a livre expressão dos diferentes movimentos sociais, políticos e culturais, assim como a promoção de toda iniciativa que busque a paz e a amizade entre os povos. Reconhecer o papel fundamental e específico das mulheres para estabelecer novas práticas de comunicação. Expressar por meio da programação conteúdos baseados nos seguintes princípios: soberania e independência de todos os povos; solidariedade e a não intervenção nos assuntos internos de outros países; a não discriminação por raça, classe social, gênero, preferência sexual, opinião política ou religiosa; respeito à diversidade cultural dos povos; preservação do meio ambiente.

Os programas desenvolvidos pela entidade, junto aos projetos já colocados em prática pela organização têm o objetivo principal de "somar os esforços de muitos homens e mulheres que dia após dia lutam por um modelo de comunicação aberto e democrático"(www.amarc.org/amarc/esp). São seis os programas que a Amarc desenvolve em todo o mundo:

1) Programa de Legislação e Direito à Comunicação: defende a democratização das políticas que regem a comunicação e a informação, principalmente na área da radiodifusão. "Através das tarefas de lobby nacional e

internacional, assessoria jurídica e técnica, investigações e monitoramento permanente, o programa promove o fortalecimento das associadas e redes nacionais para defender e exercer seus direitos."(www.amarc.org/amarc/esp)

2)Programa de Gênero: defende a participação da mulher na rádio comunitária.

3)Agência de notícias Pulsar: Oferece às rádios associadas notícias da América Latina e do mundo.

4)Programa de Gestão: surgiu devido à deficiência das rádios associadas de se passaram por todas as etapas.

5)Programa de Capacitação: "A capacitação foi o primeiro serviço da Amarc ALC desde a sua fundação".Hoje, o programa tem como objetivos principais a articulação de todos os esforços de capacitação e formação que partem de outros programas e projetos da Amarc ALC e respondem eficientemente as demandas de capacitação em todas as áreas"(www.amarc.org/amarc/esp).

6)América Central em Sintonia: parceria entre a Amarc e a Aler (Associação Latino-americana de Educação Radiofônica). Tenta fortalecer as rádios comunitárias, populares e centros de comunicação da América Central para contribuir com a articulação e aumento da participação política entre as associadas.

5.2. ABRAÇO

A ABRAÇO, Associação Brasileira de Rádiodifusão Comunitária é considerada a maior entidade representativa da radiodifusão comunitária no país. Fazem parte dela os "radioapaixonados" de todo o país, que lutam pela democratização da comunicação e pela transformação da atual legislação " que foi gerada nos porões cinzentos da Ditadura Militar, cujo entulho autoritário ainda é o fundamento de

regulamentação do setor."(www.abraconet.org.br).

A ABRAÇO defende que, sem democracia na comunicação, não há democracia. E isso se estende aos limites raciais, de sexos, econômicos ou mesmo políticos e sociais.

Espelha-se no exemplo da Venezuela, onde o golpe praticado pelos barões da mídia foi revertido, graças à população controlar emissoras comunitárias, independentes da pasteurização da informação e cultura, patrocinada pela hegemonia do eixo EUA-Europa e, como ocorre ainda aqui, pelo eixo Rio -SP. (www.abraconet.org.br)

Um dos objetivos da organização é ter como membros os movimentos sociais, que "buscam ser a mídia sem mídia", oferecendo aos que querem também a democratização do país, um espaço que não encontram nas emissoras comerciais. Essas empresas concentram 90% dos meios de comunicação, enquanto que as comunitárias controlam apenas 0,0001%, de acordo com o Dossiê do Fórum Social Mundial publicado de janeiro de 2005. E prega que rádios piratas sejam criadas como forma fazer valer seu valor:

Estimula a Desobediência Civil, através da proliferação de novas rádios e, mesmo sem a outorga dada por um Estado privatizado pelos interesses particulares do oligopólio, adotando o método de luta praticado por Mahatma Gandhi, a não violência ativa, tendo como palavra de ordem 'Cada emissora comunitária fechada, uma comercial ocupada. (www.abraconet.org.br)

A ABRAÇO faz parte de algumas organizações e campanhas que lutam pelo reconhecimento da rádio comunitária. Participa do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, o FNDC. É membro da campanha da Câmara Federal "Ética na TV", onde defende uma melhoria da qualidade da programação, sem deixar de reconhecer "que ela é fruto de um processo de alienação da maioria da população".(www.abraconet.org.br) Foi peça fundamental para a abertura da Rádio Favela, de Belo Horizonte, reconhecida e autorizada pelo estado como uma

emissora educativa. E participa, há seis anos, da Rede Mundial de Rádios, junto com outras 600 emissoras de todo o mundo, do Dia Internacional de Luta contra o Racismo, Xenofobia e Discriminação Racial.

A ABRAÇO percebe os fenômenos como ALCA, globalização, Terceira Via, Estado-Mínimo e outros movimentos econômicos e políticos como uma natural luta de classes, cuja manifestação fica mais visível nos perueiros enfrentando as concessionárias de ônibus; camelôs enfrentando lojistas; e emissoras comunitárias enfrentando o oligopólio da mídia, sempre encontrando o Estado na defesa dos interesses da minoria opulenta que o utiliza para seus interesses pessoais. (www.abraconet.org.br)

Toda e qualquer tipo de lei usada como forma de impedir o trabalho das rádios comunitárias é condenada pela ABRAÇO. Para os seus associados, a legislação que diz respeito à radiodifusão no país é apenas uma fachada frente aos outros países, pois costuma garantir, na constituição, a liberdade de expressão apenas no papel. “O Estado, que deveria garantir o direito de muitos, faz exatamente o contrário, garantindo meios apenas para grandes organizações” (www.abraconet.org.net). A principal "reclamação" desta entidade é legislação regente: ainda da época da repressão de 64, conflita com acordos firmados em nome da liberdade de expressão e garantia dos direitos básicos. Destes, destacam-se: a Carta dos Direitos da ONU, o Pacto de São José da Costa Rica e a própria Constituição Federal.

(...) aos interesses imoralmente materialistas de seus financiadores de campanhas eleitorais e aos do FMI, que nos sangra o povo, através de juros flutuantes sobre uma dívida que já foi paga algumas vezes, ao custo de 50 milhões de brasileiros passando fome, 12 milhões de desempregados, centenas de milhares de crianças na prostituição infantil com clientela internacional, exportação de prostitutas para o primeiro mundo, violência generalizada por todo o país, o tráfico de drogas dominando a periferia, a corrupção tradicional sendo realimentada diariamente nos Três Poderes da República.

E também não deixa de criticar órgãos relacionados às

telecomunicações nacionais, que deveriam zelar e facilitar a criação de rádios comunitárias:

A Anatel - Agência Nacional de telecomunicações vai aplicar R\$3 bilhões no Sistema de Comunicação Digital, verba do FUST - Fundo para Universalização dos Serviços de Telecomunicações, prometendo democratizar e socializar as informações, de maneira gratuita para os excluídos digitais, cujo propósito nobre poderá ser desvirtuado como geralmente acontece, quando a Sociedade não tem controle sobre o Estado e se torna refém daqueles que o privatizaram.

A entidade ainda vê o avanço tecnológico como uma importante aliada na afirmação do comunitarismo e da democracia, uma vez que este é um meio legítimo para diminuir as diferenças de concentração dos meios de comunicação, que hoje se encontram nas mãos das grandes empresas. Seu papel é incentivar a comunidade a "produzir, analisar e disseminar informações que ofereçam uma outra visão", já que são "pela reforma agrária no campo eletromagnético... também!"(www.abraconet.org.br).

5.3. Fórum Social Mundial

O FSM é um espaço de debate democrático de idéias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ongs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo. (www.forumsocialmundial.org.br).

É com esta temática que o FSM, promove encontros, desde 2001 com o intuito de buscar alternativas à política neoliberal. Ele pretende facilitar o contato de entidades e movimentos que lutem de forma concreta, seja em uma pequena cidade ou em outro país do mundo.”(www.forumsocialmundial.org.br) O Fórum Social Mundial se caracteriza também pela pluralidade e pela diversidade, tendo um caráter não confessional, não governamental e não partidário.”

(www.forumsocialmundial.org.br)

Em janeiro de 2001 foi realizada a primeira edição do Fórum Social. O evento aconteceu em Porto Alegre, e reuniu várias entidades. Também neste encontro foram definidos os princípios da entidade, que ficaram conhecidos como Carta de Princípios. O primeiro artigo desta carta, diz o seguinte:

O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra.(www.forumsocialmundial.org.br)

O lema do FSM é “ um outro mundo é possível”. Todas as decisões tomadas nestes encontros têm repercussão mundial. O quarto artigo da Carta de Princípios do FSM define bem o que podemos fazer para contribuir com as rádios comunitárias:

4. As alternativas propostas no Fórum Social Mundial contrapõem-se a um processo de globalização comandado pelas grandes corporações multinacionais e pelos governos e instituições internacionais a serviço de seus interesses, com a cumplicidade de governos nacionais. Elas visam fazer prevalecer, como uma nova etapa da história do mundo, uma globalização solidária que respeite os direitos humanos universais, bem como os de tod@s @s cidadãos e cidadãs em todas as nações e o meio ambiente, apoiada em sistemas e instituições internacionais democráticos a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos.(www.forumsocialmundial.org.br)

A globalização que mereceu destaque neste estudo é um dos principais meios que excluem não só as rádios comunitárias como também as classes menos favorecidas (www.forumsocialmundial.org.br). Resgatar a identidade local, valorizando-a e impedir que o capital se interponha ao pessoal. Valorizar a voz do cidadão e suas ações em busca de melhores condições de vida, princípios do comunitarismo são também um dos princípios defendidos pelo FSM. O artigo décimo

resgata essa idéia:

10. O Fórum Social Mundial se opõe a toda visão totalitária e reducionista da economia, do desenvolvimento e da história e ao uso da violência como meio de controle social pelo Estado. Propugna pelo respeito aos Direitos Humanos, pela prática de uma democracia verdadeira, participativa, por relações igualitárias, solidárias e pacíficas entre pessoas, etnias, gêneros e povos, condenando todas as formas de dominação assim como a sujeição de um ser humano pelo outro.

O Fórum Social Mundial defende o debate e a reflexão de idéias, e a sua posterior publicação e divulgação, como forma de impedir a dominação do capital e buscando alternativas “ propostas para resolver os problemas de exclusão e desigualdade social que o processo de globalização capitalista, com suas dimensões racistas, sexistas e destruidoras do meio ambiente está criando (...)”(www.fndc.org.br).

Finalmente, em seu penúltimo parágrafo resume toda a sua luta:

13. O Fórum Social Mundial, como espaço de articulação, procura fortalecer e criar novas articulações nacionais e internacionais entre entidades e movimentos da sociedade, que aumentem, tanto na esfera da vida pública como da vida privada, a capacidade de resistência social não violenta ao processo de desumanização que o mundo está vivendo e à violência usada pelo Estado, e reforcem as iniciativas humanizadoras em curso pela ação desses movimentos e entidades.

Como já dito anteriormente, a primeira vez que o Fórum Social Mundial se reuniu, foi em 2001, na capital Porto Alegre. O encontro foi realizado em janeiro e contou com a participação de aproximadamente vinte mil pessoas, sendo que quatro mil e setecentas eram delegados de diversas entidades de cento e dezessete países diferentes. Seu principal objetivo era ir contra o Fórum Mundial de Davos.

Esse Fórum Econômico tem cumprido, desde 1971, papel estratégico na formulação do pensamento dos que promovem e defendem as políticas neoliberais em todo o mundo. Sua base organizacional é uma fundação suíça que funciona como consultora da ONU e é financiada por mil empresas multinacionais.

Neste encontro, foram discutidos os seguintes temas: a produção de riquezas e a reprodução social; o acesso às riquezas e à sustentabilidade; afirmação da Sociedade Civil e dos Espaços Públicos e Poder Político e Ética na Nova Sociedade.

Após o sucesso do primeiro evento, avaliou-se a necessidade de continuidade do FSM. Em busca disso, o então Comitê Organizador do FSM (atualmente, parte da Secretaria do FSM) propôs o estabelecimento de uma Carta de Princípios de maneira a garantir o FSM como um espaço e processo permanente de busca de construção de alternativas em âmbito mundial. Para tornar possível a articulação do processo FSM em nível internacional, constituiu-se em 2001 o Conselho Internacional (CI) do FSM, integrado por redes temáticas, movimentos e organizações que acumulam conhecimento e experiência na busca por alternativas à globalização neoliberal. O CI passou a ser uma instância política e operacional contribuindo tanto na definição dos rumos estratégicos do FSM, quanto na mobilização e em outras atividades de caráter organizativo. A criação do CI expressa a concepção do Fórum Social Mundial de se constituir como um espaço democrático e aberto de encontro que favoreça a construção de um movimento internacional aglutinador de alternativas ao pensamento único neoliberal.

O Fórum Social conta ainda com o Fórum de rádios, um programa que começou em dois mil e cinco, que utiliza a mesma idéia de cobertura compartilhada para unir as rádios comunitárias e pelas organizações que lutam pela democratização do direito à comunicação.

A difusão dos conteúdos que dentro de **Fórum de Rádios** se gerem, serão transmitidos por ar para a cidade de Porto Alegre durante o V FSM e on line para o resto do mundo, tanto antes e durante como depois do evento central do FSM. O que é a idéia central desta iniciativa, reconstruir uma memória da produção radial existente em torno ao processo do Fórum Social.” (www.forumderadios.fm)

A proposta do Fórum de Rádios é que o site www.forumderadios.fm se constitua em uma iniciativa de integração de todas as rádios comunitárias, redes e outros projetos que se baseiem “na cooperação da produção de informação livre de formato radiofônico.” (www.forumderadios.fm)

5.3. Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação foi criado em 1991 como um movimento e em 1996, passou a integrar entidades da sociedade para enfrentar os problemas da área da comunicação do país.

O Fórum em si não tem muita importância. É de relevância destacar a carta que foi enviada ao governo em que tratava da preocupação do órgão com a abertura da mídia ao capital de empresas e investidores nacionais e estrangeiros. O texto foi elaborado em sua IX plenária, em junho de 2002, no Rio de Janeiro. A carta é assim iniciada:

Comunicação Social é o segmento do setor de Comunicações que compreende os meios eletrônicos (rádio e televisão abertos e televisão por assinatura), os meios impressos (jornais, revistas e periódicos) e os demais meios resultantes das tecnologias eletrônicas e digitais da informação. Uma Política de Comunicação Social deve abranger a organização dos sistemas que constituem a sua base técnica, os produtos que estes veiculam e as relações sociais que estabelecem.

A Comunicação Social, contemporaneamente, exerce crescentes determinações sobre a cultura, a política e a economia. No Brasil, estes efeitos foram negativamente acentuados pela imposição de situações de fato e por condicionamentos históricos gerando desequilíbrios de poder e de oportunidades.

A política pública aqui apresentada, frente a esta situação, tem dentre seus principais objetivos a requalificação das relações sociais em torno dos sistemas, práticas e conteúdos pertinentes à Comunicação Social; o compartilhamento de responsabilidades públicas entre o Governo Federal, o setor privado e a sociedade civil em torno da estruturação do mercado e dos sistemas de Comunicação Social; a orientação da Comunicação Social pelo interesse público e a afirmação da democracia e da pluralidade na sua atuação.

O conteúdo da carta gira em torno destas linhas: a crítica da comunicação estar somente nas mãos de grandes empresas, nacionais ou estrangeiras. Faz parte ainda do documento, um gráfico (ver anexos) destacando a fatia que cada emissora possui no Brasil. Além disso, o documento critica o Governo Federal, que através do

Ministério das Comunicações, não detém “capacidade” necessária para ser a responsável a regularizar este setor, já que não levam em conta a cultura, a política e a economia das comunicações nos dias atuais. No documento intitulado: “ Política Pública de Comunicação Social” , o Fórum Nacional de Democratização da Comunicação sugere algumas ações que deveriam ser colocadas em prática como garantia da democracia na comunicação:

Estabelecimento de um adequado equilíbrio e proporção entre os sistemas Privado, Público e Estatal de radiodifusão, previstos na Constituição;

Condições para que os serviços de Comunicação Social Eletrônica tornem-se competitivos, com diversidade e pluralidade empresarial, evitando índices de concentração da propriedade e da produção de seus conteúdos que impeçam ou desequilibrem a concorrência e estimulando que esta se dê apenas pela qualidade dos serviços;

Estímulo à produção audiovisual regional e independente brasileira e à sua exibição nos serviços de Comunicação Social Eletrônica;

Existência de meios institucionais habilitados para registro, acolhimento ou resposta de opiniões e manifestações oriundas do público usuário dos serviços;

Consolidação da regulamentação das diversas modalidades de televisão por assinatura e dos demais serviços eletrônicos de informação que foram criados por decretos e portarias;

Consolidação do modelo de radiodifusão comunitária, assegurando sua expansão e difusão e aperfeiçoando suas condições de outorga e funcionamento;

Estabelecimento das condições legais para que a transição dos serviços analógicos para os digitais se dê orientada pelo critério de afirmação da democracia e da cidadania, da busca do desenvolvimento do mercado nacional, da promoção da inclusão social; e de uma inserção não subordinada nos sistemas e nos mercados internacionais de Comunicação Social gerados pela tecnologia digital. (Carta encaminhada ao Governo Federal, após a IX Plenária Realizada em junho de 2002, retirado do site www.fndc.org.br).

Os órgãos aqui listados reconhecem que a comunicação é uma poderosa ferramenta na construção do saber e da cidadania, já que o intuito da

comunicação é informar. Além disso, podemos dizer que o saber é um importante elemento para aquisição do poder. A influência da mídia hoje sobre as pessoas é tão importante que pode ser fundamental na hora de decidir o destino de um país.

Sobre o FNDC, o professor Adilson Cabral faz algumas considerações sobre o órgão. Para ele, o FNDC luta por maior espaço para a comunicação dentro dos próprios movimentos sociais. Isto é necessário, segundo o professor, pois chamaria a atenção para a comunicação como “ temática própria, dentro de um sistema restritivo e excludente que inibe uma efetiva participação na programação de seus meios. (CABRAL, Adílson. 2005 disponível em www.comunicacao.pro.br/artcon/democom.htm).

O professor relata as atividades do FNDC, já que o órgão tem uma atuação maior no campo legislativo, como por exemplo, cuidando de projetos de lei que são antigos e retrógrados, como a lei de imprensa.

Dentre os temas que são tomados como frentes de luta pelo FNDC estão a implantação do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar ao Congresso para questões ligadas ao tema, ainda não efetivado; a Lei de Cabodifusão – que regula a Tv a Cabo, entre outros serviços; a lei de Radiodifusão Comunitária – sobre rádios e tvs livres de baixa potência e um projeto substitutivo à Lei de Imprensa, além de leis complementares, tais como a da regionalização da produção. (CABRAL, Adílson, 2005, disponível em www.comunicacao.pro.br/artcon/deccom.htm)

Para Adilson Cabral, descobrindo o papel da comunicação como meio, o FNDC e outros órgãos vão ter mais chance de construir uma base mais qualificada e participativa.

6.0. ESTUDO DE CASO: A CIDADE DE CHÁCARA

No período colonial, quando a Capitania das Minas Gerais vivia o esplendor do ciclo do ouro e das pedras preciosas, a região a Leste do Vale do Paraíba e denominada "das matas", era considerada uma área proibida ao desbravamento e povoamento. Não ocorria na época, a preocupação em se proteger o meio ambiente. Os primeiros portugueses que penetraram as matas pela margem esquerda do rio Paraíba não encontraram em seus rios e montanhas nem ouro, nem pedras preciosas.

A notícia logo se espalhou: naqueles sertões só havia a mata, montanhas, índios, poucos rios e nenhuma riqueza mineral. Em decorrência do desprezo pela região, a corrente migratória tangenciou as matas e espalhou-se por outras regiões, alcançou o Vale do rio Doce e subindo o vale do Paraíba, assegurou as primeiras ligações entre o litoral e os picadões das ricas jazidas de ouro no centro das Minas Gerais. Próximo do litoral, aqueles sertões de matas quase indezessáveis, tornaram-se Áreas Proibidas por determinações do governador da Capitania a fim de servirem de defesa contra os possíveis aventureiros fluminenses e contra quem pretendesse fugir do fisco e entregar-se ao contrabando de riquezas. Por conseguinte o vale do Paraíba foi durante muito tempo, a principal porta por onde a história de Minas Gerais se fez. Assim a região das matas, a leste do Paraíba, ficou preservada ao longo de quase três séculos como "Áreas Proibidas", um verdadeiro inferno verde de difícil penetração. (VANNI, Júlio César. 2002, p.21)

A região da mineração era centralizada em Vila Rica, e foi ligada ao Rio de Janeiro pelo caminho que ficou conhecido como Caminho Velho, que descendo por Baependi e Passa Quatro alcançava o Vale do Paraíba; em Guaratinguetá no Estado de São Paulo e daí descia a Serra do Mar por onde os tropeiros chegavam a Parati no litoral fluminense.

O grande momento histórico destes sertões aconteceu entre 1876 e 1879, quando os fazendeiros da região, liderados por Pedro de Alcântara de Cerqueira Leite, Barão de São João Nepomuceno e pelo engenheiro Pedro Betim Paes Leme, fundaram a Companhia de Estrada de Ferro União Mineira, ligando Serraria ao interior da Zona da Mata, passando pelo Espírito Santo do Guarará e São João Nepomuceno.

Os povoados, vilas e cidades surgidos nestes sertões, com exceção dos que apareceram em decorrência da ferrovia, tiveram a mesma origem. Surgiram ao redor de um rancho ou de capelas. Cresceram ao longo de caminhos que iam se transformando em ruas, sem qualquer planejamento urbano.

Até meados do século XIX, além de Mar de Espanha, foram localidades promissoras os povoados que deram origem a Guarará, Maripá, Santana do Deserto, Chácara, Chiador, Senador Côrtes, Sarandira, Saudade e Engenho Novo. Havia, ainda no município de Mar de Espanha; os Distritos de Santo Antônio do Aventureiro, que foi transferido para o município de Além Paraíba e que, geograficamente, não integrava a Bacia do Rio Cágado. (VANNI, 2002, p.105)

Com o advento da ferrovia a partir de 1879, surgiram além de Serraria, as estações de Silveira Lobo, Sossego, Pequeri, Santa Helena e Bicas. Mais tarde surgiram as estações de Santana do Deserto e Ericeira, pioneiro registro criado por Pedro Galvão de São Martinho, no século XVIII. Com a construção do ramal entre Pequeri e Mar de Espanha, duas estações intermediárias foram criadas: Uricana e Estevão Pinto, que não tiveram oportunidade de crescer como povoados. Hoje, além de Mar de Espanha, enfeitam o mapa destes sertões, oito outros municípios: Guarará, Bicas, Maripá, Santana do Deserto, Senador Côrtes, Chiador, Pequeri e Chácara, cidade que damos enfoque neste estudo.

Chácara surgiu como povoado, em 1863, na fazenda da Cachoeira, de propriedade de Severino Dias Tostes, pai de Marcelino Dias Tostes, um dos fundadores de Pequeri. Ali foi passada, no dia 10 de janeiro daquele ano, a escritura de doação de um alqueire de terras, no valor de cento e cinquenta contos de réis, feita por Iria Maria da Silva para a constituição do patrimônio da capela de São Sebastião de Chácara. ‘

Serviu como escrivão no ato, Francisco Delgado Pinto, assinando a rogo da doadora que não sabia escrever, o cidadão Antônio José Duque e, como testemunhas, os senhores Antônio Henrique Barbosa, Joaquim Antônio da Silva, Antônio José Fonseca Sobrinho, Manoel Antônio da Fonseca, Romualdo Francisco Vieira e Aça cio da Costa Pinto. (ARRUDA, 2004)

Ao redor da capela desenvolveu-se o povoado que, poucos anos depois, em 1870, foi elevado à categoria de distrito de paz. A lei nº 3.276, de 30 de outubro de 1884, elevou o distrito à condição de freguesia. Chácara, como a maioria dos distritos de Juiz de Fora, pouco cresceu depois do ciclo de café. A emancipação aconteceu em 30 de dezembro de 1962, através da lei estadual nº 2.764. Assim, Chácara foi desmembrada de Juiz de Fora. Recentemente, Chácara perdeu o povoado de Filgueiras, cuja população optou para ser juizforana, já que era mais fácil o acesso rodoviário com a cidade.

6.1. Dados Geográficos:

Chácara está localizada na Região da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais. O município foi criado pela lei nº 2.764 de 30/12/62 e teve sua instalação definitiva a partir de 01/03/63.

A área total da cidade é de 152,87 quilômetros quadrados, tendo como limites os municípios de Juiz de Fora, Bicas, São João Nepomuceno, Goianá,

Coronel Pacheco e Rio Novo. Os limite entre Chácara e seus vizinhos é demarcado através de leis estaduais levando em consideração elementos como rios, estradas e córregos.

Distante a 280 km da capital mineira Belo Horizonte, sua altitude média é de 800 metros podendo atingir 1.100 metros, ficando localizado a 21°40'20" de latitude sul e 43° 13'18" de longitude oeste, com clima tropical de altitude, tendo 22°C de temperatura média anual. Atualmente, a cidade é interligada ao município de Juiz de Fora pela rodovia Estadual 353. Seus pontos turísticos são: Cachoeira Menezes, nascente do rio Cágado, Cachoeira dos Eucaliptos, Cachoeira do Seu Alceu, além das comemorações do dia de São Sebastião (20/01), do Carnaval regional, Festa Juninas e Julinas, Exposição Agropecuária (mês de agosto) e Festa do Cowboy, realiza da no mês de novembro.

Como atividades econômicas se destacam a agricultura e a pecuária que são praticadas por grande parte da comunidade do município. A cidade é quase que essencialmente formada por agropecuaristas. Mas também se dedica a outras atividades como extração de minérios como o Caulin e o Cristal de Rocha. Um pequeno movimento comercial também é registrado no município. A produção agrícola baseia-se no plantio do café e de hortigranjeiros. Na região existem cerca de quatrocentas propriedades rurais, todas com atividades parecidas: agricultura, pecuária, gado de corte e de leite.

Os meios de comunicação que abrangem ao município são: TV Bandeirantes, TV Alterosa (SBT), Rádio Capital AM, Rádio Cidade FM, Rádio Garbosa FM, TV Panorama (Rede Globo), TV Pio XII (Rede Record), Rádio Juiz de Fora AM, Rádio Transamérica FM, dentre outras

A população da cidade de Chácara, segundo dados do Censo Demográfico de 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, é de 2.370 habitantes, sendo 1.206 do sexo masculino e 1.164, do sexo feminino. Deste número total, 1.161 residem na área urbana, enquanto os outros 719 habitantes residem nas áreas rurais.

A maior parte da população é formada por jovens e crianças. Do zero aos 14 anos, elas são 677, ao todo. Dos 15 aos 19 anos, o número é 209. O número de adultos, da faixa etária de 20 aos 59 anos, somam 1.188 pessoas. Já os idosos, considerando todos aqueles que têm mais de 60 anos, o número é de apenas 313 pessoas. Os dados foram enviados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística à Secretaria de Saúde de Chácara:

Habitantes	0 -14 anos	15 -19 anos	20 - 59 anos	Mais de 60
	677	209	1188	313

A localização apenas a 16 quilômetros de Juiz de Fora, obriga quase que a maior parte de seus habitantes a se deslocar todos os dias para trabalhar nas mais variadas atividades na cidade pólo da região. E isso vai desde as compras mensais para o abastecimento, incluindo serviços bancários, compras de gêneros alimentícios, vestuário e até o ensino. A prefeitura garante o ensino básico e fundamental a todos os estudantes da cidade, o mesmo não acontece com o segundo grau, que é responsabilidade do Estado. Devido ao número pequeno de jovens que continuam os estudos, já foi cogitada a idéia de passar toda a responsabilidade para o bairro de Filgueiras. Diante de tanta incerteza, principalmente o segundo grau, cursos profissionalizantes e o ensino superior em Juiz de Fora são uma boa opção para quem pretende continuar os estudos.

A principal forma de transporte é através do sistema rodoviário. É por meio dele que a produção rural é escoada e posteriormente colocada no mercado. Também é por meio deste transporte que os moradores transitam por outras cidades vizinhas.

Apesar de tanta proximidade com Juiz de Fora, Chácara guarda características de uma cidade do interior. Ainda é possível se deparar com hábitos antigos como comemorar festas locais. É com grande animação que os moradores comemoram festas religiosas como "Folia de Reis", Julinas e Juninas. A principal é a Festa São Sebastião, padroeiro da cidade. A igreja matriz de São Sebastião de Chácara é o palco central das comemorações.

Os encontros sociais e recreativos eram realizados, em sua maior parte, nas dependências do Chacarense Futebol Clube. Com a construção do Ginásio Poliesportivo Francisco de Almeida Bessa, inaugurado em novembro de 2003, as atividades se transferiram para lá por causa de sua melhor infraestrutura. O futebol continua sendo a diversão predileta dos habitantes que sempre se reúnem para uma "pelada". A paixão é tanta que foi criada uma escolinha de futebol que ensina, para todos os alunos do ensino primário e fundamental, a arte de "jogar bola". Duas vezes por ano, acontecem competições entre as seleções de base da escolinha que também participa da Copa Bahamas, um torneio realizado em Juiz de Fora.

O número de eleitores é de 1.794. Na última eleição, realizada em outubro do ano passado (2004), com mais de 65% dos votos da população, foi eleito Hitler Vágner de Oliveira, do Partido Liberal (PL). O primeiro prefeito foi Optaciano

Augusto de Paulo (dois mandatos). Por seus grandes feitos na melhoria da cidade, foi homenageado, recebendo o nome da rua principal.

Por se tratar de um município ainda baseado na agricultura, Chácara pode é uma cidade pobre, com muitos problemas a serem resolvidos. Uma das antigas reivindicações dos moradores da cidade era o asfalto. No final do ano passado, o então prefeito, José Portes da Silva Júnior, asfaltou as principais vias da cidade. Também foi inaugurado um posto de saúde, que possui a estrutura de um hospital, oferecendo serviços de fisioterapia, primeiros socorros, odontologia, podendo o doente até ficar internado no posto. Ele foi de importância para cidade, pois os doentes mais graves eram transferidos para os hospitais de Juiz de Fora.

Emprego também não são muitos. Os que não trabalham na zona rural da cidade, são funcionários da prefeitura (que já não emprega tantas pessoas), ou vivem do pequeno comércio existente na cidade ou trabalham em Juiz de Fora. Os professores que dão aula em Chácara fazem o trajeto inverso: vêm de Juiz de Fora para dar aulas, mas são pessoas que já moraram ou nasceram na cidade. Os problemas sociais são muitos, mas não podemos dizer que é uma cidade abandonada pelo poder público. Ao contrário, percebe-se que os moradores recebem muito mais atenção que os que moram nas grandes cidades.

O programa Saúde da Família é exemplar. Se o doente não pode ir até o posto de saúde, há uma equipe de profissionais treinadas (são só mulheres) que fazem visitas semanais e levam as receitas médicas, vacinas, fazem curativos na casa do morador. Há também um médico que se divide entre as consultas no posto UBS (Unidade Básica de Saúde) e as consultas domiciliares. O programa Saúde da Família atende a população urbana e rural. O posto tem à disposição uma

ambulância recebida do Governo do Estado. Mas se alguém precisar de transferência e ambulância não estiver na cidade, é dado vale-transporte para que o doente seja encaminhado ao Pronto Socorro de Juiz de Fora.

A máxima “todo mundo é parente de todo mundo” funciona como um grande ponto positivo para a cidade, já que o prefeito conhece a maioria dos moradores. Ao meu ver, a cidade é um exemplo de administração séria, que atende a todos a qualquer hora. Mas, ao mesmo tempo, criou um pensamento dos moradores de que tudo tem ser por meio da prefeitura. Ninguém faz nada por iniciativa própria.

Para podermos começar a falar da rádio Nova Geração, precisamos remeter à Emater e à Associação de Produtores Rurais. A Emater trabalha em parceria com a comunidade fazendo compra conjunta de mudas de diversas fruteiras para o abastecimento familiar de subsistência. Ela também investe no reflorestamento em topo de morros utilizando eucalipto e algumas espécies vegetais nativas da região, incentivando a proteção das nascentes do rio Cágado. Segundo dados colhidos no escritório da Emater, estão localizados no município de Chácara 60 produtores de leite, que chegam a produzir aproximadamente 6.000 litros de leite/dia e produção de gado de corte para abastecer o mercado local e redondezas. Ainda cultivam-se alguns produtos agrícolas como:

- **Café:** 12 produtores em pequenas escala, em torno de 14 hectares. O cultivo de café, segundo dados da Emater, foi resgatado há quatro anos atrás.

- **Goiaba:** com nove produtores com dois e meio hectares de plantio;

- **Milho:** são cerca de 185 hectares aproximadamente

- **Feijão:** aproximadamente vinte hectares plantados junto com milho (1ª safra). Também o feijão que chamam "feijão do tempo" que é plantado em março e atinge atualmente oitenta hectares.

- **Banana Comercial:** cerca de três hectares de plantio

Já a idéia da associação partiu de José Portes da Silva Júnior. No dia quatro de julho de 1997 reuniram-se na Câmara Municipal de Chácara, os produtores rurais do município com o objetivo de fundar uma associação civil sem fins lucrativos. A associação possui um Estatuto, aprovado por unanimidade, que têm como objetivos:

I - prestação de serviços que possam contribuir para o fomento e racionalização das explorações agropecuárias;

II –promover o desenvolvimento dos associados, através de cursos, palestras, orientações e trocas de experiências;

III - melhoria das condições de vida de seus associados como proteção à saúde da família, da maternidade, da infância, da juventude e da velhice;

IV - combate à fome e a pobreza;

V - proteção ao meio ambiente;

VI - instalação de uma rádio comunitária para divulgar matérias de interesse da comunidade rural; (o grifo é nosso)

Baseado neste último tópico do estatuto criou-se a rádio Nova Geração. Mas contam os mais antigos que bem antes de surgir à idéia da rádio, um

velho habitante da cidade, José Maria de Moraes ia até o Clube Chacarense para fazer o oferecimento de músicas para as pessoas de Chácara através do autofalante instalado no clube. Naquela época eram as músicas de Nelson Gonçalves, Orlando Silva, Miltoninho, Anísio Silva, Ataulfo Alves, Tonico e Tinoco, Teixeira, Luiz Gonzaga e outros. (ARRUDA, 2004)

No ano de 1998, a Associação dos Produtores Rurais de Chácara, representada por seu presidente, João Neves da Rocha, teve a pretensão de implantar no Município de Chácara um serviço de radiodifusão comunitária. Através do Decreto nº 2.615 de 03 de junho de 1998, ficou decretado o seguinte:

Autorização para funcionamento:

Portaria nº 213 de 18/04/2001, publicada no Diário Oficial da União de 04/05/2001.

No Fantasia: "Nova Geração"

Razão Social: Associação dos Produtores Rurais de Chácara

Serviço: Serviço de Radiodifusão Comunitária - RadCom

Município: Chácara

Latitude: 21° S 40' 20"

Longitude: 43° W 13' 18"

Canal: 200

Frequência: 87,9 (MHz)

Raio de área de serviço: 1 Km

Estúdio: Rua Dona Manoela de Jesus Duque nº 72

6.2. Um novo panorama para a Rádio Nova Geração:

Sabemos que não é usual, principalmente nos Projetos Experimentais apresentados na Faculdade de Comunicação, o uso da primeira pessoa. Este estudo é experiência, baseada na observação e na convivência com uma comunidade, e não uma pesquisa científica. Por isso, optamos por usar a primeira pessoa do singular ao longo deste capítulo do projeto.

Estive em contato com a Rádio Nova Geração de outubro de 2003 à março de 2005. Neste período, encontrei muitas dificuldades, principalmente em despertar na população o gosto em participar dos programas da rádio local. O projeto de extensão desenvolvido pela Faculdade, chamado Trabalho e Cidadania, procura despertar nas prefeituras o interesse em desenvolver projetos que tragam benefícios à sua população. São diversos os programas aplicados nas cidades vizinhas, inclusive em Chácara: Programa Saúde da Família, preparação e orientação de Conselheiros Tutelares, Conscientização por meio de palestras etc.

Primeiramente, o projeto para a criação de um programa de rádio era voltado para o Grupo da Maturidade e Terceira Idade Renascer. O projeto é de autoria da professora da Faculdade de Serviço Social Édina E. Meireles. No início, ele foi desenvolvido pela bolsista da Faculdade de Comunicação, Flávia Vilela juntamente com a professora de Educação Física da cidade e uma das incentivadoras na criação do grupo, Miriam de Paula Portes.

Ao contrário de muitas cidades, onde é um setor autônomo, o Serviço Social está ligado à secretaria de Saúde de Chácara. Como ainda não é um órgão independente, a sua ação é inibida por inúmeros motivos, alguns, sérios. Por exemplo, o Serviço Social deve agir junto ao Conselho Tutelar. Era comum em Chácara, o Conselho receber denúncias de maus tratos e de abuso sexual em crianças. A assistente social, que é de Juiz de Fora, sempre estava disposta a investigar os casos, mas tinha suas ações dificultadas pelos conselheiros tutelares, que são de Chácara.

Uma sensação que sempre tive e foi confirmada pela assistente social é de que eu era tratada como uma estranha, que estava invadindo o lugar deles. Foi necessária muita paciência e boa vontade. Foi preciso recorrer à muitas pessoas de confiança da cidade para que eu fosse “aceita”. Para isso, contei com a ajuda da assistente social que já era uma pessoa querida na cidade e da primeira-dama. Quando comecei no projeto, a primeira coisa a se providenciar foi conhecer o lugar, pois de nada adiantaria fazer um programa que não interessasse aos moradores.

Mas me deparei com uma grande dificuldade: eu já tinha em mente um programa que eu achava que seria adequado à cidade. Muniz Sodré, em seu livro *Reinventando @ Cultura*, diz uma frase muito interessante que eu só entendi a importância dela mais tarde: “os jornalistas fazem matérias para jornalistas”. Meu grande erro foi esse: montar um programa com assuntos e temas que eu achava que seria interessante para a cidade. Talvez tenha subestimado a população, achando que só por ser uma estudante de jornalismo saberia o que era “melhor” para eles. Como fui chamada para substituir o cargo, me deparei com um projeto que já iniciado.

O esqueleto estava pronto, e o primeiro programa, gravado. Como me senti pressionada para apresentar resultados logo, disse que o programa ia ao ar em duas semanas, sem mesmo conhecer o Grupo da Maturidade. Me senti mais pressionada ainda por saber que a primeira dama, Miriam de Paula Portes, era a responsável pelo grupo e ela não me cansava de repetir que o “grupo aguardava ansiosamente o programa”.

O primeiro programa, com a outra estagiária, estava previsto para ir ao ar dia 27 de setembro, dia em que comemorava o Dia Nacional do Idoso. O programa foi produzido e gravado nos estúdios da Faculdade de Comunicação e seria repassado na rádio comunitária de Chácara, a Rádio Nova Geração. Infelizmente, por motivos técnicos, o programa não foi ao ar. O projeto já tinha estado um mês parado, pois a bolsista se transferiu para outro projeto. Como a hipótese de um programa gravado estava descartada, por causa dos aparelhos estragados, propus que em duas semanas tentássemos colocar no ar o primeiro programa. Ele seria ao vivo para evitar que qualquer imprevisto o impedisse de estrear.

Contando com o apoio da assistente social da cidade e de Miriam, produzi o primeiro programa que foi ao ar no dia 14 de novembro às duas horas da tarde. O programa era muito simples, mas contou com uma entrevista com a idealizadora do grupo, falando como surgiu o Grupo da Maturidade; dicas de como praticar exercícios físicos sem causar danos a saúde, algumas dicas de beleza, como a importância do uso do protetor solar e ainda um depoimento do médico do Programa Saúde da Família na cidade, Sílvio Silveira, explicando o que seria a fase da Maturidade. O programa teve muitas participações das integrantes do Grupo que

enviaram pedidos de música e mandaram recados. Acho que já estava começando errado: as matérias foram escolhidas e produzidas por mim e as participações só foram motivadas pela presença da primeira dama.

Logo que comecei o programa, tentei fazer algo inovador mas que respeitasse as características da cidade. Era preciso que a população se identificasse e tivesse vontade de participar. Infelizmente, era difícil ter a adesão das pessoas e muitas vezes, ou melhor, quase sempre, tinha que recorrer à assistente social e à primeira dama da cidade. Às vezes, tinha impressão de que nada que fizesse teria resultado se não buscasse o apoio de pessoas ligadas à prefeitura. Com o passar do tempo, fui fazendo mudanças que surtiram efeito. A pessoa que deu uma idéia do que eu poderia mudar no programa foi o médico que participou do primeiro programa. Ele me disse que deveria fazer algo mais popular, com assuntos mais do cotidiano das pessoas. Me deu dicas de quadros que poderiam fazer parte do programa, com assuntos mais do cotidiano das pessoas. Deu dicas de quadros que poderiam integrar o programa como o horóscopo e resumos de novelas. A primeira sugestão foi acatada, mas a segunda, por próprio preconceito meu, foi deixada de lado.

O programa tinha uma estrutura fixa: músicas, recados, mensagens, receitas, quadro de avisos, horóscopo e três a quatro blocos de reportagens, sempre seguindo este esquema: saúde, beleza, alimentação e exercícios físicos. O Renascer, nome dado por uma ouvinte, tinha a duração de mais ou menos uma hora, podendo se estender a até uma hora e meia.

No começo, o programa ia ao ar das duas as três ou três e meia da tarde, dentro de outro programa feito por uma adolescente da cidade. Esta foi uma

estratégia adotada para fazer com que os ouvintes do programa anterior, chamado Sensação, permanecessem sintonizados. O Renascer literalmente dividia o outro programa. Os meus ouvintes eram na verdade os ouvintes do outro programa e como o Renascer era, inicialmente algo totalmente dedicado ao Grupo da Maturidade, ficou conhecido como o *Programa das Velhas*, pelas músicas que tocava, que eram bem antigas.

Até meados de janeiro de 2004, o médico do programa Saúde da Família, apresentava, semanalmente, um quadro em que ele explicava problemas relacionados à saúde. Foram discutidas doenças como a hipertensão, diabetes, o cigarro e inclusive o programa "Verminose Zero" da Prefeitura Municipal. Como Sílvio Silveira era um médico muito requisitado na cidade, teve que abrir mão de suas participações. Este quadro tinha sempre muitas participações mas com a vitória do "Doutor Silvinho" nas eleições para Santa Bárbara do Monte Verde, ficou mais difícil, a participação do médico.

Com o tempo, vi que mudanças eram necessárias. Ficar só focada no Grupo da Maturidade era perda de tempo. Percebi que na cidade havia muitos jovens e como eles gostavam de participar da rádio. A participação no "Sensação" era grande. Por isso, em reunião com a coordenadora do projeto, vimos que era melhor mudar o horário do programa. Ao invés de duas da tarde, meio dia. Ele ia chegar nas casas na hora do almoço, por isso teria que se mais leve. E deu resultado: mais participações, principalmente de adolescentes. O quadro que mais fazia sucesso entre eles eram as simpatias, principalmente as relacionadas à namorado.

6.3. E no final da história...

Hoje vejo que programas como o “Show da Tarde”, Rádio Panorama, de Juiz de Fora, fazem sucesso porque se propõem se adaptar ao gosto mais popular. Em Chácara, a idéia disseminada nas pessoas que o poder público é o tutor, deve ser abolida. Apesar da rádio estar em nome dos Produtores Rurais, isto não significa que a responsabilidade seja só da associação. É preciso “plantar e cultivar “ esta idéia entre os moradores da cidade, para eles separarem política da vida cotidiana. Os políticos podem e devem incentivar a população de participar, para exporem seus problemas, estarem disposto à ouvir sugestões e reclamações, serem requisitados a darem explicações, mas jamais, usar a rádio como forma de fazer política ou usar em proveito próprio.

Acredito que um trabalho junto às crianças e adolescentes na escola é necessário, já que elas não têm muitas opções de divertimento na cidade. A rádio pode ser um canal para elas estarem expondo suas idéias, seus projetos e até repercutirem campanhas que foram iniciadas na escola. O horário do meio dia é o ideal, pois atinge a família reunida para o almoço. O programa não precisa ser longo, quarenta e cinco minutos no máximo, já que a aula da tarde se inicia às 12:45 minutos.

Errei ao pensar que o programa era meu. Como não estou mais ligada ao projeto, acho que a primeira coisa a se fazer é reunir a cidade, discutir os temas que vão ser expostos e promover um grande debate para que, aos poucos, eles mesmos cresçam com seus erros. Hoje, acho que nunca deveria ter apresentado o Renascer, e sim, apenas coordenado e incentivado a participação dos habitantes.

No início deste ano, ajudei na elaboração do projeto. E desta vez ele era outra coisa: queríamos dar enfoque aos jovens, apresentando palestras nas

aulas e pedindo para que os adolescentes passassem as suas impressões através da rádio. É claro, que ele não ficaria limitado aos adolescentes e se estenderia a todos os grupos (hipertensos, obesos, diabéticos, religiosos ou não) existentes na cidade para participarem da rádio.

Outras mudanças precisam ser feitas também, como por exemplo, em relação ao espaço físico. A rádio Nova Geração funciona em uma sala na casa onde está instalada a Emater. A sala não é grande e não tem revestimento acústico. Muito menos proteção para os equipamentos de segunda mão. Sempre expostos ao sol, já que ficavam debaixo da janela, se encontravam sujos e estragavam com facilidade.

Um outro problema que vejo é a falta de recursos pela qual a rádio passa. Além dos equipamentos serem antigos, alguns estão quebrados e não há verbas para que eles sejam sequer consertados. Há muitos LP's e os poucos Cd's são, na sua maioria de cantores sertanejos. Se quisermos trazer algo de novo, temos que utilizar capital próprio. Com a comunidade envolvida, recursos poderiam ser arrecadas para a revitalização da rádio.

Só quando entenderem que a rádio é um bem deles, que são eles que têm responsabilidade sobre ela, ou pior: somente quando a cidade perder este precioso bem é vão dar o devido valor. Ainda não conseguiram despertar para o grande tesouro que têm nas mãos.

Depois que saí do projeto, infelizmente, ninguém se habilitou a assumi-lo, pois ainda acham que deve ter a liderança de um "radialista". Hoje a rádio se encontra fechada pois os três aparelhos de CD estão estragados e como ninguém

se habilita a arrumá-los, as atividades estão suspensas. Confesso que ao saber disso, sinto um grande pesar no coração.

7.0. CONCLUSÃO:

As sombras da ditadura de sessenta e quatro ainda deixam medo no país. Passados mais de quarenta anos, a repressão continua seja nas ruas, seja no mundo intelectual. Basta assistir a um noticiário para perceber que a repressão continua, e o pior, descaradamente. A história das rádios comunitárias ainda não acabou. Não no Brasil. Ainda há muito o que lutar para que elas sejam reconhecidas como instituição legal; que atuam dentro da ordem e não se tratam de pirataria. Liberdade é uma palavra camuflada em nosso país. O governo prega que todos têm direito a liberdade de expressão mas persegue até hoje quem se arrisca a abrir uma emissora sem licença do Governo Federal. Prova disso são as lei 9.612 e o decreto 2.615, todos criados no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Estas leis legalizaram, enfim, as rádios comunitárias, mas ao mesmo tempo, criaram grandes obstáculos para que elas funcionassem. São tantas as exigências para que uma rádio seja considerada realmente comunitária que muitas preferem funcionar na "ilegalidade".

Se compararmos a história das rádios livres na Europa com as que surgiram no Brasil, veremos que todas sofreram grande resistência para se manterem ativas, mas quase todas fracassaram devido à intensa atuação dos governos nacionalistas. Para eles, as rádios comunitárias eram "armação" de jovens revoltados.

A globalização foi um importante passo do mundo moderno. Com ela, países tiveram mais contato uns com os outros (infelizmente, isso não representou um bom negócio para todos os países), mas a verdade é que hoje, o velho ditado

"de não meter a colher onde não é chamado" não tem mais sentido. As decisões devem ser tomadas em conjunto para não prejudicar o outro. Se a bolsa cai no Japão, um feito dominó se desencadeará e todas as outras sofrerão com a queda.

Assim como na internet, o mundo está interligado. Ouvindo uma publicidade no rádio, o locutor anunciava um aparelho chamado "família bem informada". O aparelho, no caso, era um computador. Isso porque as informações circulam rapidamente. Chegam a todo o momento e de todas as partes do mundo. Somos bombardeados diariamente com milhões de notícias. Mas o que deveria informar vai a sentido oposto. E como chega de cima para baixo, ou seja, não temos o poder de escolher aquilo o que queremos assistir, ouvir, ler etc, temos a falsa impressão de fomos ouvidos, uma vez que o governo recusa a assumir sua responsabilidade.

Aliás, foi por esta necessidade de ser ouvido, de denunciar o que não agradava que em terra d'álém mar, um grupo de jovens que não estavam muito interessados em receber as ordens do Estado Nacionalista, e daí "nascem" as rádios comunitárias. Com um navio na mão, e um monte de idéias libertárias na cabeça, estes jovens começaram a reclamar de tudo o que não os agradava. O movimento surgiu na Itália, mas se espalhou depois pela Europa inteira contaminando as ondas radiofônicas.

No Brasil não foi e não é diferente. Como já dito, o Brasil ainda vive sob as sombras da ditadura. O conceito de rádio comunitária no país não condiz com a realidade das emissoras. Rádio Comunitária, infelizmente, é sinônimo de ilegalidade. E por perpetuar esta mentalidade preconceituosa, a perseguição é grande. Muitas

rádios são caçadas pelos fiscais da Anatel, fechadas e ainda rotuladas de criminosas.

Nesse período em que estive ligada à rádio de Chácara, pude perceber que não basta uma pessoa bem intencionada e com vontade de mudar. É preciso muito mais. É necessário que a comunidade se mobilize para que a idéia realmente "vingue". Se mobilizadas, mas por iniciativa própria, as pessoas tendem a se envolver mais com o projeto. Caso contrário, se torna algo feito pelos outros, de responsabilidade alheia. É preciso criar a idéia que a rádio é de responsabilidade de cada um. Acho que uma das maiores dificuldades que enfrentei em Chácara foi justamente essa, passar a idéia de que a Rádio Nova Geração não era minha nem daqueles que a adotaram e faziam dela um meio de levar informação, música e cultura, e sim, de toda a cidade.

Ainda são muito pouco divulgadas as entidades que dão apoio às rádios comunitárias. Fndc, Fsm, Abraço e Amarc têm atuação tímida. Eu mesma só fiquei sabendo de tais órgãos quando comecei a pesquisar para este estudo. Enquanto estive no Projeto de Chácara, não tinha nenhuma "ajuda", nem tinha conhecimento de nenhuma entidade. A tentativa de estabelecer um contato com estas entidades foi feita mas, assim como no caso das rádios, nenhuma respondeu aos questionamentos enviados por email.

Ainda existe um grande abismo que separam rádios comunitárias da tão almejada democracia. O que foi conquistado até hoje é muito pouco se comparado ao tempo que já se passou. As histórias de luta pela legalização da Rádio Novos Rumos e da Rádio Favela não são muito diferentes de tantas outras espalhadas por toda o Brasil, que nascem diariamente. Ainda haverá muita luta. O

rádio é sinônimo de perigo, uma vez que representa autonomia social e a tão sonhada liberdade de expressão.

1. BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Max Leandro de Paula. *Rádio Quilombo – FM Comunitária – Um sonho de liberdade*. Juiz de Fora: UFJF, 1997.

AMERICANO, Álvaro Eduardo Trigueiro Americano. *87,9, a Universitária está no ar*. Mestrado em Comunicação. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

----- . *A democratização da comunicação passa pelo rádio*. In: Lumina – Facom/UFJF, v.4, n.1.

ARRUDA, Adriana Martins. *Uma gota de história*. Chácara; UFJF; Faculdade de Serviço Social, 2º semestre de 2004. Projeto “Conhecendo Nossa História da Faculdade de Serviço Social.

CABRAL, Adilson. *Democratizar a comunicação para a democratização da sociedade, um desafio, um mito*. Disponível em:

www.comunicacao.pro.br/artcon/democom.htm. Aceso em 18/04/2005.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1999.

DOSSIÊ FSM: Querem calar a voz do povo. Sindicato dos jornalistas do Distrito Federal. Distrito Federal, Editora Casa das Musas, 2005.

DOWBOR, Ladislau. *O poder local*. In: Globalização e tendências institucionais. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1994.

FEDERICO, Maria Elvira. *História da Comunicação: Rádio e T V no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

GUATARRI, Félix, ROLNIK, Suely. *Sobre as rádios livres*. In: Micropolítica – Cartografias do Desejo. São Paulo, Editora vozes, 1986.

IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Síntese da cidade de Chácara*. Disponível em: www.ibge.com.br/cidadesat/extras/sintese.php. Acesso em 11/10/2004

JOVIANO, Heron Gomes. *1960 – expressões vivas de Minas*. Juiz de Fora; Esdeva, 1995.

MACHADO, Arlindo, MAGRI, Caio, MASAGÃO, Marcelo. *Rádios livres, a reforma agrária no ar*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MAIA, Aline silva Correa. *As possibilidades educativas da Comunicação Comunitária*. Juiz de Fora; UFJF; FACOM, 1º semestre de 2004.

MORAES, Denis de (org.). *Globalização, Mídia e Cultura Contemporânea*. Campo Grande: Letra Livre, 1997

PAIVA, Raquel. *O espírito Comum: comunidade, mídia e globalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

RIBEIRO, Neusa. *Comunicação comunitária: uma alavanca para a socioeconomia solidária*. Disponível em

www.milênio.com.Br/ifil/rccs/biblioteca.ribeiro.htm. Acesso em 11/10/2004

PERRUZZO, Cicília M. Krohling. *Comunicação Comunitária e educação para a cidadania*. Disponível em:

www2.metodista.Br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm. Acesso em 21/01/2005.

-----*Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis, RJ : Editora Vozes, 1998.

-----*Participação nas rádios comunitárias no Brasil*. Disponível em:

www.bocc.ubi.pt. Acesso em 17/01/2005.

RÁDIO FAVELA. Disponível em www.radiofavelafm.com.br. Acesso em abril/2005.

RÁDIO NOVOS RUMOS. Disponível em www.vivafavela.com.br/radios/novosrumos. Acesso em abril/2005.

SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA – RADCOM. Disponível em: www.radcom.gov.br. Acesso em março/ abril 2005.

SODRÉ, Muniz. *Reinventando a cultura*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

TORRES, Letícia Barbosa, PASSOS, Ana Maria Simões Passos. *A ocupação do canal comunitário da TV a cabo*. Juiz de Fora: UFJF, Facom, 1996.

VANNI, Julio César. *Sertões do Rio Cágado*. Niterói; RJ: Editora Comunità, 2001

2. ANEXOS

9.1. Excerto do Jornal Diário Mercantil de 12/09/1980: Um Legalista de 1930.

9.2. Gráfico “Os donos da Mídia”, do Fórum Nacional pela Democratização da Informação(FNDC)

9.3. Projeto de Lei nº 193, de autoria do vereador Flávio Checker;

9.4. Justificativa do Projeto de Lei n ° 193

9.5. Lei nº 9.612, que Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária

9.6. Decreto nº 2.615 de 03 de junho de 1998

9.7. Folha de São Paulo, 04/09/2002: Engajado socialmente, “Uma onda no Ar” defende rádio pirata;

9.8. Folha de São Paulo, 05/09/2002: “Uma Onda no Ar” mostra a “verdadeira voz do Brasil”;

9.9. Folha de São Paulo, 16/09/2002: “Uma onda no Ar” participa de festival de cinema na Espanha;

9.10. Folha de São Paulo, 15/10/2002: “Uma onda no Ar”, de Helvécio Ratton, é premiado pela CNBB.

9.11. Folha de São Paulo, 23/07/2003: “Rádios brasileiras viram bom exemplo em Genebra

